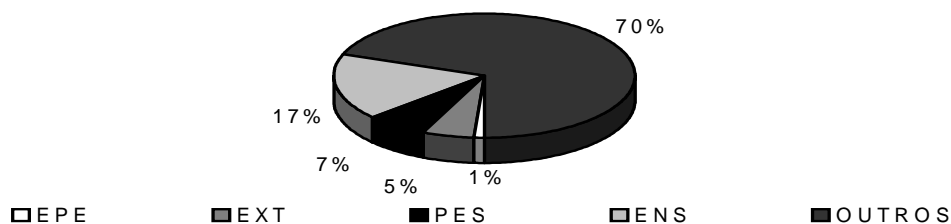


As funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão

Maria Estela Dal Pai Franco*
Marília Costa Morosini
Maria Arabela Campos Oliven
Maria do Carmo Lacerda Peixoto
Maria das Graças Medeiros Tavares

As funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão ocupam uma parcela significativa (30%) da produção científica sobre educação superior publicada em periódicos nacionais entre os anos de 1968 e 1995 (Gráfico 16). Tal percentual representa 1.090 documentos de um total de 4.546 contidos no Banco de Dados *Universitas/BR*, fonte empírica de análise.

Gráfico 16 – Distribuição de documentos sobre Ensino, Pesquisa e Extensão, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Fazendo uma comparação entre as três funções universitárias, a maior preocupação em termos de produção de documentos é com a função ensino, com 385 documentos (17%), seguida da função pesquisa, com 305 documentos (7%) e da função extensão, com 250 documentos (5%). Nesse mesmo Banco de Dados ainda é localizado um fraco percentual (1%) que representa documentos que se detêm nessas três funções de forma conjunta.

Realizando uma comparação de forma mais geral, pode-se depreender:

– A função ensino é uma constante em toda a trajetória da produção científica em estudo – é muito compreensível este achado. Não podemos esquecer que a concepção dominante de

* Maria Estela Dal Pai Franco, doutora em Ciências Humanas – Educação – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora titular da UFRGS no Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) do Programa de Pós-Graduação em Educação, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), diretora funcional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e membro do Comitê dos Produtores de Informação Educacional (Comped) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); Marília Costa Morosini, doutora em Ciências Humanas pela UFRGS, é professora da UFRGS e da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e pesquisadora do CNPq; Maria Arabela Campos Oliven, doutora em Educação, é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS; Maria do Carmo Lacerda Peixoto, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora do Grupo de Estudos sobre Educação Superior (Gesu) da UFMG e coordenadora do GT Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 1998-2000; Maria das Graças Medeiros Tavares, doutora em Educação pela UFRJ, é professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação dessa Universidade. Colaboraram na elaboração deste capítulo: Rosângela Mendonça Teles, bolsista de Iniciação Científica (CNPq), Juliana Souza Cahet e Marta Ferreira Mota Silveira, também bolsistas (IC/Pibic).

universidade no Brasil foi (e ocupa ainda um espaço destacado entre os atuais modelos) a de universidade do ensino. Modelos de uma universidade da pesquisa e de uma universidade extensionista são mais recentes. Assim, a produção sobre ensino como função universitária domina os periódicos em exame. Esta produção é datada, recorrente, institucionalmente vinculada; não é circunscrita a autores da área da pedagogia. Examinando as subcategorias temáticas, identificamos o ensino de graduação, de pós-graduação, as licenciaturas, o currículo e as relações pedagógicas. As autoras deste capítulo alertam para o fato de que documentos que realizem a articulação entre o ensino de graduação e de pós-graduação são quase inexistentes: “Esta vinculação está no cerne da formação de novas gerações de profissionais, de professores e de pesquisadores, gerações essas que já estão projetando a universidade e a sociedade do futuro.”

– A função pesquisa adquire maior importância na comunidade científica no decorrer do período em estudo, quando esta aborda questões acerca da influência da dependência econômica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, focalizando as subtemáticas correspondentes nos modos de desenvolver pesquisa e na sua pertinência – mais recentemente, a questão da ética da pesquisa concentra os estudos. Em termos de relação com as outras funções universitárias, é discutida a relação com a pós-graduação (porcentual acentuada) e, ultimamente, com a graduação. Maria do Carmo Lacerda Peixoto nos alerta para uma subtemática silenciosa: “Num contexto em que o desenvolvimento econômico se faz de modo globalizado ... é preocupante que não se encontrem documentos... nos periódicos que reflitam sobre suas relações com a pesquisa.”

– A função extensão não se constitui objeto relevante quando comparada com as outras duas funções universitárias. Entretanto, quando examinamos a categoria Universidade e Sociedade, o percentual da extensão atinge níveis representativos. A extensão é vista na prática, basicamente, como relato de experiências, sem apontar para ações mais duradouras e permanentes na sociedade. Ao contrastar tal postura com a concepção de extensão, esta aponta sua importância “enquanto redirecionadora dos objetivos de pesquisa e da própria formação profissionalizante com as reais necessidades da maioria da população”, segundo Maria das Graças Medeiros Tavares.

Para dar conta da redação das funções universitárias, cinco pesquisadoras se uniram. Num primeiro momento, obedecendo a uma linha de análise comum, procuraram redigir seus textos de forma isolada, obedecendo a linha de pesquisa em que já estavam trabalhando e na qual suas teses tinham sido defendidas – contatos foram mantidos via meios eletrônicos. Num segundo momento, procuraram discutir os achados individualizados e refletir sobre eles. Os textos que se seguem refletem a linha comum, mas também a especificidade das autoras. A categoria Ensino foi abordada por Maria Estela Dal Pai Franco, Marília Costa Morosini e Maria Arabela Campos Oliven; Pesquisa, por Maria do Carmo Lacerda Peixoto; finalmente, Extensão, por Maria das Graças Medeiros Tavares.

A FUNÇÃO ENSINO

É inegável a existência de uma marcante preocupação com a temática Ensino Superior na produção científica sobre educação superior veiculada em periódicos nacionais. Tal preocupação reflete a problemática que envolve o ensino nas suas múltiplas interfaces – a primeira, certamente, está vinculada às funções da universidade. Se, por um lado, o ensino se revela como a função mais tradicional, por outro, tem sido desafiado em sua associabilidade com pesquisa no confronto com as demandas e problemas emergentes da sociedade globalizada que conduzem a modalidades institucional-organizativas antes nunca previstas e que implicam articulações com diferentes segmentos, níveis, esferas e grupos. Outra interface igualmente importante diz respeito à realização da aprendizagem propriamente dita e que remete para a adequação das seleções curriculares às necessidades da sociedade no umbral do século 21. Se existe preocupação com a pertinência do ensino de graduação e com sua democratização, também existe com o ensino de pós-graduação e

suas novas modalidades configurativas de oferecimento, tendo em mira condições institucionais e de avanço do conhecimento.

Nestes contornos insere-se o presente trabalho, que tem como objetivo precípua identificar e analisar o ensino no pensamento acadêmico brasileiro sobre educação superior.

Para atender a tal objetivo, a base metodológica é de caráter quantitativo e qualitativo, tendo como fonte o Banco de Dados *Universitas/BR*.¹ O trabalho é desenvolvido em dois eixos: o de caráter analítico-descritivo e o de caráter analítico-inferencial.

O primeiro visa fornecer informações pertinentes à temática, delimitando-a em seus conteúdos, em sua trajetória e meios de veiculação da produção a ela ligada. Inicialmente são apresentadas a temática, as subtemáticas e seus descritores, delimitando-a em seus conteúdos. A seguir, os dados são analisados nas seguintes conjunções: a) incidência da temática na produção científica nacional; b) trajetória da temática Ensino e subtemáticas, por ano de publicação; c) frequência de publicação por tipo de documento, por tipo de periódico e por periódico.

O segundo eixo assume uma característica analítico-inferencial que visa a identificação e a construção de categorias temáticas expressivas de convergências de pensamento e da presença de noções historicamente datadas. Nele faz-se uso de uma abordagem qualitativa/quantitativa ancorada na proposta de Grawitz e Pinto (1986) e que se expressa pela busca, nos resumos dos documentos publicados, através de leituras sucessivas, de nucleações temáticas presentes na(s) temática(s) e/ou subtemática(s).

Tem-se presente que as dimensões de análise são expressões de uma interpretação de discursos em busca de sentidos, só que o discurso resultante (o nosso) tem a marca de nossos próprios filtros interpretativos sobre os discursos e filtros de outros. Isto significa que o sentido que se atribui, neste momento de nossa construção histórica, não é o do momento e nem a própria história daqueles que elaboraram os trabalhos cujos resumos foram analisados, esses também reveladores de um discurso singular que não o nosso.

Na parte final do trabalho são apresentados os encaminhamentos conclusivos, neles explicitando algumas lacunas.

A Temática Ensino e a Produção Acadêmica sobre Educação Superior

A TEMÁTICA ENSINO NO CONJUNTO DAS CATEGORIAS

Cabe inicialmente mencionar que a produção constante do Banco de Dados *Universitas/BR* está classificada em 15 categorias principais, a saber: Políticas Públicas da Educação Superior, Universidade e Sociedade, História das Instituições de Educação Superior, Manutenção e Financiamento da Educação Superior, Natureza Jurídica das IES, Organização Acadêmica e Gestão, Autonomia Universitária, Ensino, Pesquisa, Extensão Universitária, Corpo Docente, Corpo Discente, Corpo Técnico-Administrativo, Avaliação do Ensino Superior e Relação Ensino, Pesquisa e Extensão. Cada uma dessas categorias envolve, em média, seis subcategorias.

Mas como a temática Ensino se posiciona neste conjunto? Indubitavelmente, enquanto temática tem suscitado a atenção dos que produzem conhecimento em educação superior e o veiculam em periódicos nacionais.

O Gráfico 17 apresenta a produção por categoria temática, destacando a do Ensino. Essa categoria é a segunda maior do Banco, com 17% da produção, sendo precedida de Políticas

¹ O *Universitas/BR* reúne 4.546 documentos sobre educação superior, dos quais aproximadamente 17% têm como temática o ensino e suas relações. Os documentos foram publicados no transcorrer de 28 anos e são provenientes de 26 periódicos brasileiros, selecionados a partir dos critérios de abrangência nacional e existência de conselho editorial reconhecido na comunidade acadêmica. O Banco resultou de um trabalho coletivo de pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação ligados à área de educação superior, desenvolvido durante quatro anos com o apoio de agências de fomento à pesquisa, e se destina a subsidiar políticas públicas e informar sobre a produção.

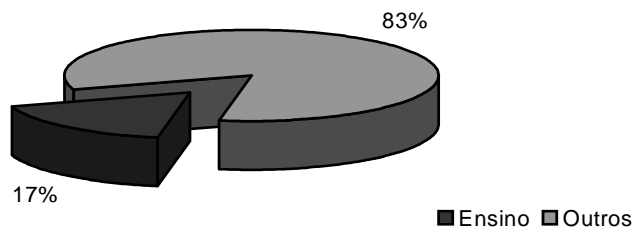
Públicas da Educação Superior, com 18% da produção, e tendo na posição subsequente Universidade e Sociedade. Esta posição de destaque acrescida da constatação de que ela atinge aproximadamente um quinto de toda a produção do *Universitas/BR* a qualifica no mínimo como uma temática instigante. Primeiro porque angaria a atenção dos que produzem em educação superior, e tal aspecto, necessariamente, se articula à pedagogia universitária e não pode ser omitido nas qualificações epistemológicas da educação superior; segundo porque tal constatação se reveste de especial significado ao se lembrar que nesta temática podem ser encontradas as produções que servem de suporte para o conhecimento da realidade da educação superior e que podem servir de pistas para novas construções em busca de sua melhor qualidade – é o entrelaçamento teoria-prática (Tabela 36).

CONTORNOS DA CATEGORIA TEMÁTICA ENSINO

A categoria Ensino do Banco de Dados *Universitas/BR*, analisada no presente trabalho, abarca as seguintes subcategorias: *Graduação*, *Pós-Graduação*, *Licenciatura*, *Relações Pedagógicas*, *Currículo*, *Articulação Graduação/Pós-Graduação* e *Outros*. É pertinente lembrar que todas as categorias e subcategorias temáticas e descritores que compõem o Banco foram construídos num processo contínuo e paulatino que se caracterizou por leituras *grand tour* e discussões.² Resultaram do processo os descritores das subcategorias a seguir explicitadas:

Graduação, que envolve cursos de graduação, disciplinas, modalidade de cursos, turnos;
Pós-Graduação, que envolve cursos e modalidades e áreas de concentração;
Relações Pedagógicas, que envolve o processo ensino-aprendizagem e relações de poder;
Currículo, que envolve modelos, desenvolvimento, reformulação e avaliação de currículos, estruturação em disciplinas básicas e profissionalizantes;
Licenciatura, que envolve modelos de cursos de formação de professor, discussões e perspectivas; disciplinas específicas, pedagógicas, instrumentais; fragmentação teoria-prática, específico pedagógico;
Articulação Graduação/Pós-Graduação, que envolve aspectos históricos, organizacionais e acadêmicos que dificultam e/ou facilitam a articulação; segmentação, continuidade de área de conhecimento e interdisciplinaridade;
Outros, que envolve aspectos relacionados ao sistema, além de outras indicações.

Gráfico 17 – Distribuição de documentos sobre a função Ensino, na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍCIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

² As categorias/descriptores implicaram identificação preliminar pelos diversos subgrupos regionais de pesquisa, discussão dos resultados e ajustes. Os três últimos aspectos, a partir da triangulação, ou seja, a contrastação de opiniões dos especialistas envolvidos, foram repetidos no mínimo três vezes.

Tabela 36 – Distribuição de documentos na categoria Ensino e suas subcategorias, na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995

Posição	Temas	Nº	%
1º	Políticas Públicas da Educação Superior (POL)	828	18,21
2º	Ensino (ENS)	783	17,22
	<i>Graduação</i>	327	7,19
	<i>Pós-Graduação</i>	107	2,35
	<i>Relações Pedagógicas</i>	50	1,09
	<i>Currículo</i>	85	1,86
	<i>Licenciatura</i>	164	3,60
	<i>Articulação Graduação/Pós-Graduação</i>	9	0,19
	<i>Outros</i>	41	0,90
3º	Universidade e Sociedade (USO)	506	11,13
4º	Avaliação do Ensino Superior (AVA)	406	8,93
5º	História das Instituições de Educação Superior (HES)	365	8,02
6º	Pesquisa (PES)	307	6,7
7º	Corpo Discente (DIS)	262	5,76
8º	Extensão Universitária (EXT)	250	5,49
9º	Corpo Docente (DOC)	239	5,25
10º	Organização Acadêmica e Gestão (OAG)	193	4,24
11º	Manutenção e Financiamento da Educação Superior (MF)	180	3,95
12º	Autonomia Universitária (AUT)	106	2,33
13º	Relação Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE)	57	1,25
14º	Natureza Jurídica das IES (NAT)	53	1,16
15º	Corpo Técnico-Administrativo (TEA)	11	0,24
	Total	4.546	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Na distribuição de documentos por subcategoria temática, não surpreende que a maior incidência se apresente em *Graduação* (42%), que, se acrescida da subcategoria *Licenciatura* (21%) – separada em razão de peculiaridades, apesar de ser uma modalidade de graduação –, revela a maciça convergência de interesses daqueles que produzem sobre a temática (Gráfico 18). As fortes críticas a que os profissionais egressos e professores são submetidos e os movimentos avaliativos do ensino, que cresceram nas últimas décadas, possivelmente interferem no resultado. É inegável que a graduação como um todo e a licenciatura continuam a ser questões recorrentes sobre as quais convergem inúmeras problematizações.

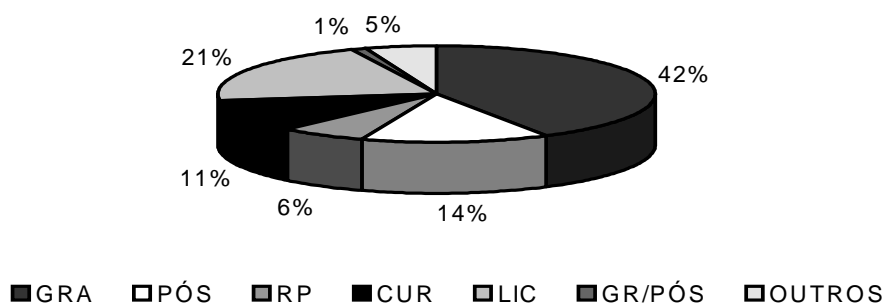
Em relação às demais subcategorias que compõem a categoria temática Ensino, observa-se também incidência de produção em *Pós-Graduação* (14%), *Currículo* (11%), *Relações Pedagógicas* (6%), *Outros*³ (5%) e *Articulação Graduação/Pós-Graduação* (1%).

Chama ainda a atenção na Tabela 36 a contribuição de cada uma das subcategorias no conjunto das 15 categorias que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*. Enquanto *Graduação* contribui com 7,19%, *Licenciatura* contribui com 3,6%. *Pós-Graduação* apresenta 2,35%, *Currículo*,

³ A análise das classificações mostrou produções ligadas a Estado/Sistema Educacional/Universidade.

1,86% e *Relações Pedagógicas*, 1,09%. Algumas delas apresentam maior contribuição para o *Universitas/BR* do que diversas das categorias temáticas que o constituem.

Gráfico 18 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por subcategoria – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Desde a primeira aproximação, a temática Ensino revela algumas características específicas que permitem entendê-la não só na perspectiva das funções da universidade, mas entremeada com as questões de currículo e de aprendizagem. Tais aspectos levam a assumir como princípio a vinculação entre ensino, currículo e aprendizagem.

A Trajetória da Temática Ensino

TEMÁTICA RECORRENTE E DATADA

Os resultados evidenciam, em primeiro lugar, que a temática Ensino é uma das que concentram maior incidência de produção sobre educação superior veiculada em periódicos brasileiros e que esta incidência está crescendo, especialmente a partir da década de 80. Uma pequena diminuição no início dos anos 90 não é reveladora de descaso, haja vista que a temática tem retomado seus índices de produção significativos.

No que se refere às suas subcategorias temáticas, maiores incidências de publicação foram identificadas em *Graduação*, seguida de *Licenciatura*, *Pós-Graduação*, *Relações Pedagógicas* e *Currículo*. A Tabela 37 indica o número de documentos publicados na categoria Ensino como um todo, por ano de publicação. É marcante a concentração que se observa – ela evidencia que até 1983 haviam sido publicados mais de 50% da produção na área. O interregno dos dez anos subseqüentes perfaz os outros 50%, o que é indicativo de crescimento. Em alguns anos observa-se maior incidência, com destaque para os anos de 1980, 1982, 1983 e 1988. O último pode estar associado a todo um movimento da sociedade brasileira na Constituinte, que teve o seu ápice em 1988, com a publicação da Carta Magna. Já em relação aos anos anteriores, é possível pensar num nexos com os primeiros passos da abertura política e, talvez, com a produção acadêmica decorrente do crescimento dos cursos de pós-graduação. A Tabela 38 indica a freqüência de produção por ano e por subcategoria, e a Tabela 39 apresenta o número de documentos publicados em cada subcategoria por período.

TEMÁTICA DE MÚLTIPLAS VIAS

A categoria temática Ensino se caracteriza pela variedade de documentos e diversidade de periódicos que socializam a sua produção. No que tange aos documentos, são encontrados não só

artigos analíticos (35%), mas também resumos, que predominam (50,57%), entre outros (Tabela 40). Além disso, é uma temática que, em volume de publicação, se manifesta em diferentes tipos de periódicos, sejam eles de educação geral, específicos de educação superior ou de temática geral.

Tabela 37 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por ano de publicação – 1968-1995

Anos	Número de Documentos Produzidos		
	Principal	Segunda	Total
1968	8	3	11
1969	8	3	11
1971	13	4	17
1972	7	3	10
1973	12	8	20
1974	25	4	29
1975	6	0	6
1976	28	6	34
1977	19	4	23
1978	38	13	51
1979	30	9	39
1980	44	20	64
1981	30	15	45
1982	50	24	74
1983	56	26	82
1984	29	15	44
1985	40	19	59
1986	52	27	79
1987	37	17	54
1988	56	26	82
1989	33	14	47
1990	26	10	36
1991	18	6	24
1992	18	11	29
1993	34	11	45
1994	38	19	57
1995	28	11	39
Total	783	328	1.111

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 38 – Distribuição de documentos publicados sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por subcategoria e ano de publicação – 1968-1995

Subcategorias	Anos																												Total	%
	68	69	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95			
Graduação	5	6	7	4	6	16	4	12	10	20	12	14	15	18	23	14	23	21	10	14	22	6	9	6	16	8	6	327	41,76	
Pós-Graduação		1		2	2	4	1	3	3	4	8	10	3	9	3	2	2	6	10	10	1	1	1	2	6	9	4	107	13,66	
Relações Pedagógicas								1	2	2	2	2	1	3	5	1	8	2	8	3	1	2		1	2	3	1	50	6,38	
Currículo	1		2		4	1		3	2	2	3	3	5	7	5	2	2	8	2	9	3	7	1	3	2	8		85	10,85	
Licenciatura		1	4	1		2		8	2	8	4	7	5	11	19	10	5	10	4	15	4	8	6	5	6	5	14	164	20,94	
Artic. Grad./Pós-Grad.												2						1	3	1			1		1			9	1,14	
Outros	2					2	1	1		2	1	6	1	2	1			4		4	2	2		1	1	5	3	41	5,23	
Total	8	8	13	7	12	25	6	28	19	38	30	44	30	50	56	29	40	52	37	56	33	26	18	18	34	38	28	783	100	
Frequência Acumulada	8	16	29	36	48	73	79	107	126	164	194	233	268	318	374	403	443	495	532	588	621	647	665	683	717	755	783			

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre Educação Superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 39 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias, por período – 1968-1995

Subcategorias	Número de Documentos por Período (%)				Total	%
	68-75	76-82	83-89	90-95		
Graduação	48 (14,67%)	101 (30,88%)	127 (38,83%)	51 (15,59%)	327	41,76
Pós-Graduação	10 (9,34%)	40 (37,38%)	34 (31,77%)	23 (21,49%)	107	13,66
Rel. Pedagógicas	0	13 (26%)	28 (56%)	09 (18%)	50	6,38
Currículo	8 (9,41%)	25 (29,41%)	31 (36,47%)	21 (24,7%)	85	10,85
Licenciatura	8 (4,87%)	45 (27,43%)	67 (40,85%)	44 (26,82%)	164	20,94
Articulação Grad./ Pós-Graduação	0	2 (22,22%)	5 (55,55%)	2 (22,22%)	9	1,14
Outros	5 (12,19%)	13 (31,70%)	11 (26,82%)	12 (29,26%)	41	5,23
Total	79	239	303	162	783	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 40 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, segundo o tipo de produção – 1968-1995

Tipos de Produção	Nº	%
Apresentação	1	0,12
Artigo	274	35,00
Resumo	396	50,57
Resenha	23	2,93
Depoimento	22	2,80
Dispositivos Legais	2	0,25
Editorial	3	0,38
Nota	17	2,17
Notícia	30	3,83
Relatório	14	1,80
Série Documental	1	0,12
Total	783	100,00

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A Tabela 41 é altamente elucidativa, pois permite visualizar em quais periódicos a categoria veiculou sua produção. *Ciência e Cultura* se destaca como o veículo mais utilizado, o que é compreensível, uma vez que os pesquisadores que nela publicam são oriundos de várias áreas de conhecimento. Tal situação pode ser identificada também nas publicações das subcategorias, tanto que *Graduação*, *Pós-Graduação* e *Currículo* encontram na revista *Ciência e Cultura* o seu principal locus de disseminação da produção. Em menor escala são destacáveis na temática as revistas *Educação Brasileira*, *Boletim ANPEd* e *Educação & Sociedade*. Não houve produções da categoria temática Ensino nos seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Ciências Sociais Hoje* e *Cadernos Andes*.

A Face das Convergências na Categoria Temática Ensino

O contato com a produção de cada uma das subcategorias temáticas visou, nesta fase da análise, a busca de convergências e, na medida do possível, a inserção das produções nos contextos político e educacional do ensino superior brasileiro.

A partir do contato com a produção, convergências começaram a se configurar em cada uma das subcategorias, havendo um esforço no sentido de identificar características próprias, reveladoras de aspectos singulares. Isto levou à descrição, delimitação e qualificação das subtemáticas e respectivas convergências, bem como à clarificação de importância no âmbito da temática maior. Não pode ser omitido que a construção, identificação e nomeação das convergências presentes nas subtemáticas são expressões dos filtros interpretativos que hoje impregnam a análise da educação e de seu contexto.

ENSINO DE GRADUAÇÃO

Na subcategoria *Graduação* foi feita uma leitura para ver a participação de diferentes tipos de cursos em estudos e pesquisas que tratassem do ensino de graduação. Dos documentos encontrados, Pedagogia é o curso que lidera a lista, alvo de mais de 15% desses artigos, seguido do curso de Química, com mais de 10%, e os de Ciências Biológicas e Medicina, cada um com, aproximadamente, 10% dos artigos.

Curso de Pedagogia

Com relação ao curso de Pedagogia, os debates assumem um caráter bastante abrangente: as temáticas centrais referem-se ao histórico, à definição, à avaliação e às ambigüidades do próprio curso, à necessidade de reformulação e até de sua extinção. Em alguns casos é feita referência à importância de maior articulação entre a teoria e a prática e mais aproximação entre os vários níveis de ensino, ou seja, entre a pós-graduação e a graduação, entre os cursos de Pedagogia ou mesmo entre as licenciaturas e o ensino de primeiro e segundo graus. Em muitos artigos é abordada a necessidade de se levar em conta a realidade brasileira na formação do educador.

Há, também, artigos que tratam da formação de especialistas na área de administração e orientação educacional, bem como da formação de docentes de 1º e 2º graus; em alguns casos o objeto de análise é o estágio, em outros, características dos egressos, o mercado de trabalho e campo de atuação, entre outros.

O setor privado, onde a maioria dos alunos de Pedagogia estuda, é criticado pelo baixo nível acadêmico de seus cursos e pelos currículos pobres oferecidos, principalmente nos cursos noturnos.

Tabela 41 – Distribuição de documentos sobre a categoria Ensino, em periódicos nacionais, por periódico – 1968-1995

Tipos de Periódicos/Títulos	Nº	%
Educação Superior		
<i>Educação Brasileira</i>	63	8,04
<i>Estudos e Debates</i>	1	0,12
<i>Universidade e Sociedade</i>	3	0,38
<i>Cadernos Nupes</i>	5	0,63
<i>InfoCapes</i>	3	0,38
Educação em Geral		
<i>Documenta</i>	16	2,04
<i>Em Aberto</i>	30	3,83
<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	11	1,40
<i>Boletim ANPEd</i>	32	4,08
<i>Rev. Bras. de Adm. da Educação</i>	3	0,38
<i>Cadernos Cedes</i>	18	2,29
<i>Educação & Sociedade</i>	26	3,32
<i>Educação e Seleção</i>	1	0,12
<i>Cadernos de Pesquisa</i>	4	0,51
<i>Fórum Educacional</i>	21	2,68
<i>Educação e Realidade</i>	14	1,78
<i>Revista da Faculdade de Educação</i>	17	2,17
Temática Geral		
<i>Ciência e Cultura</i>	473	60,40
<i>Informe/Jornal Ciência Hoje</i>	12	1,53
<i>Bol. Inform. e Bibliog. de Ciên. Sociais</i>	11	1,40
<i>Rev. Bras. de Administração Pública</i>	14	1,78
<i>Encontros c/a Civilização Brasileira</i>	2	0,25
<i>Debate e Crítica</i>	3	0,38
Total Geral	783	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

São feitas críticas aos métodos inadequados de ensino, principalmente às aulas expositivas, e apontadas as resistências e barreiras a reformulações curriculares. Quanto a isso, os estudantes apresentam proposta para a formação de educadores, no sentido de maior valorização quanto a alterações comportamentais, mais do que quanto a uma mudança curricular formal. Temas relacionados à necessidade de incentivar a interdisciplinaridade, a criatividade, a educação ambiental e a educação especial aparecem de forma esporádica.

São relativamente poucos os relatos de experiências de pesquisa em ensino. Eles se referem ao uso de informática na educação, entrevistando chefes de unidades e de departamentos, ao uso da técnica de contrato de estudos inspirada em Carl Rogers e à avaliação de monografias. Este tipo de estudo é principalmente veiculado na revista *Ciência e Cultura*, enquanto os debates amplos são publicados em revistas mais ligadas à área educacional, como *Educação & Sociedade*, *Fórum Educacional* e *Em Aberto*.

Quadro 4 – Convergências vinculadas à categoria temática Ensino

Subcategorias	Convergências Temáticas	%	Total de Produções
Graduação	Curso de Pedagogia	15	327
	Curso de Química	10	
	Curso de Ciências Biológicas/Medicina	20	
	Outros Cursos	8	
	Disciplinas	30	
	Outras Temáticas	17	
Pós-Graduação	Cursos em Áreas Específicas	35	107
	Concepção de Pós-Graduação e Mudança	22	
	Conhecimento Produzido e Processos	12	
	Trajetória Sociopolítico-Legal	12	
	Pós-Graduação e Outros Níveis de Ensino	5	
	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> e Aspectos Avaliativos	14	
Relações Pedagógicas	Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino	41	50
	O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem	36	
	Mudanças na Educação, Políticas e Sociedade	15	
	Articulação entre Níveis e entre Saberes	8	
Currículo	Prática Curricular	91	85
	-Práticas Curriculares de Cursos		
	-Práticas Curriculares de 3º Grau		
	Concepção de Currículo		
	-Concepção Teórica de Currículo		
	7		
Licenciatura	Concepções sobre Formação do Professor	6	164
	Mudanças na Licenciatura e Contexto	10,2	
	Curso de Pedagogia e Formação do Professor	18	
	Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor	41	
	Disc. de Form. Pedagógica: Didática, Prát. de Ensino e Outras	24,8	
Artic. Grad./ Pós-Graduação	Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Continuidade	60	9
	Articulação Grad./Pós-Graduação pela Interdisciplinaridade	35	
	Condições de Articulação	5	
Outros	Estado/Sistema Educacional/Universidade	80	41
	Outras	20	

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no* Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Curso de Química

Já o centro de interesse das publicações que tratam do curso de Química é a problemática da repetência e a preocupação em achar fórmulas de solucionar este problema. Mais do que o curso como um todo, o foco de debates são as disciplinas Química Geral, Química Orgânica, Química Inorgânica e Química Analítica, entre outras. O veículo de divulgação destes trabalhos é, por excelência, a revista *Ciência e Cultura*, na forma, muitas vezes, de resumos de pesquisas apresentadas nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Exemplos de exceção são um relato sobre um Departamento de Química, publicado na revista *Educação Brasileira*, e os resultados de uma dissertação de mestrado sobre Prática de Ensino e Pesquisa em Química, publicados em *Fórum Educacional*.

Os trabalhos, em geral, tratam da avaliação do uso de recursos técnicos, principalmente computador, multimeios, aparelhos audiovisuais e biblioteca, para a melhoria do nível de ensino. São também debatidos os métodos de ensino, a prática de laboratório, os estágios, a elaboração de projetos e monografias. A avaliação e as mudanças curriculares atêm-se principalmente a modificações no âmbito de uma disciplina e não do curso como um todo.

São feitas referências ao treinamento de monitores voluntários, à integração com a escola média, em termos de preparação de material didático, e à adequação de conteúdos, levando em conta os objetivos das escolas de segundo grau.

Curso de Ciências Biológicas

As pesquisas sobre o ensino de graduação em Ciências Biológicas, resenhadas e classificadas no Banco de Dados *Universitas/BR*, são, com exceção de uma delas, todas publicadas na revista *Ciência e Cultura*. Em geral, essas publicações são resumos de uma ou duas páginas. Dois deles, um pouco mais extensos, se referem à reforma do curso, e a grande maioria trata de experiências com métodos de ensino; são feitas referências a um banco de itens de testes, ao método de ensino Keller e ao uso do livro didático.

Curso de Medicina

Quanto ao curso de Medicina, há um equilíbrio no que diz respeito aos assuntos abordados, com artigos de enfoque mais crítico e que tratam da reforma do curso, sugerindo a inclusão de novas disciplinas; outros tratam de metodologias de ensino, do estágio (inclusive na zona rural), da relação médico/paciente, entre outros aspectos. Como nos casos dos cursos de Química e de Ciências Biológicas, a quase totalidade dos trabalhos são publicados em *Ciência e Cultura*, sendo vários resumos publicados nos Anais das Reuniões Anuais da SBPC. Há um artigo de enfoque psicopedagógico, publicado no *Boletim ANPEd*, e outros textos referentes ao seminário nacional "O ensino médico e a saúde no Brasil", publicados em *Cadernos Nupes*.

Uma das razões que levam o curso de Pedagogia a ser o mais analisado é provavelmente o fato de os periódicos que fazem parte do Banco serem, na sua maioria, da área da educação em geral ou da superior.

Com base neste mesmo raciocínio, chama a atenção o fato de o curso de Ciências Sociais ser tão pouco estudado (cerca de 2% dos artigos o elegeram como objeto de análise), tendo em vista que, entre os periódicos aqui resenhados, três são publicações da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* e *Ciências Sociais Hoje*.

Outro curso relativamente pouco estudado é o de Letras, citado apenas em 1% dos artigos; é importante lembrar que este é um dos cursos mais freqüentemente oferecidos pelo sistema

nacional de ensino superior. Cursos antigos, como o de Serviço Social, por exemplo, que são mencionados apenas em três trabalhos, devem provavelmente ser alvo de discussões e debates em outros fóruns, em periódicos que tratem especificamente das questões referentes a sua área de atuação.

Disciplinas

Pesquisas que tratam de disciplinas oferecidas, em geral, a mais de um curso reforçam, em grande parte, os dados referentes aos cursos específicos. Estudos relacionados à disciplina de Química são os mais freqüentes, com cerca de 40 referências, seguidos dos relacionados às disciplinas de Física e Biologia. A área pedagógica envolve várias disciplinas; entre elas, as mais referidas são a Prática de Ensino, a Didática e os Fundamentos da Educação, principalmente a Psicologia, a Biologia e a História.

As universidades brasileiras referidas nas publicações que tratam do ensino de graduação são, na sua quase totalidade, públicas. A mais freqüentemente citada é a USP, referida em 27 trabalhos, seguida das universidades federais do Rio Grande do Sul, com 14, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com 12, e as de São Carlos e da Paraíba, com 10. Do setor privado, as PUCs de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, juntas, não somam 10 referências. Nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, as universidades são todas do sistema público. Aqui cabe registrar que, entre as revistas que fazem parte do Banco de Dados, duas são editadas por instituições públicas de ensino superior.

Temáticas Gerais

Sobre as temáticas gerais que mais aparecem, temos, nos primeiros anos, a discussão sobre expansão e democratização do ensino superior, experiências com ensino não-diretivo e ensino programado.

Durante a década de 70 e o início da de 80, aparecem relatos de experiências de implantação do ciclo básico, temática bastante datada, que não reaparece nas publicações mais atuais. Outras temáticas desta época são o Projeto Rondon e os cursos de curta duração.

A partir da década de 80 há uma preocupação com os desafios da formação do aluno, sua orientação vocacional e psicológica e suas dificuldades de aprendizagem. Paralelamente, há o apoio a projetos de melhoria de ensino. São discutidos os regimes de matrícula e o fenômeno da dupla graduação.

A questão relativa aos valores humanos é abordada em um artigo. Também a comparação do desempenho a partir das diferenças de gênero é analisada em pesquisa relacionada à ginástica rítmica.

Mais recentemente, a problemática dos cursos noturnos se faz presente. São analisados, entre outras coisas, o perfil dos alunos, a expansão dos cursos, as intenções do MEC e a questão da democratização.

Balanco Crítico

A tradição do ensino superior brasileiro, desde a sua origem, leva a marca profunda da orientação profissionalizante. Ao contrário da situação nos Estados Unidos, em que os estudantes recebem, nos quatro primeiros anos em que iniciam seus estudos universitários, uma formação geral, no Brasil, o estudante, antes mesmo de entrar na universidade, já tem de definir o curso para o qual fará o exame vestibular. Nesse sentido, parece um paradoxo que discussões mais abrangentes sobre os objetivos dos cursos, reformas curriculares, necessidades de reformulação e avaliações sejam pouco freqüentes na subcategoria *Graduação*, do Banco de Dados *Universitas/BR*.

Isto se deve a várias causas. Uma vez que as pesquisas no Brasil, em grande parte, são realizadas pelas universidades públicas, esta situação pode estar refletindo um certo descaso dessas universidades pelos cursos de graduação: elas, durante as últimas décadas, apresentaram uma expansão mais qualitativa da educação superior, em termos do desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa, deixando a expansão quantitativa, em termos de aumento das matrículas nos cursos de graduação, para o setor privado. O esforço para implementar os programas de pós-graduação segmentou o setor público, fazendo com que as produções que tratassem da realidade de certos cursos se ativessem a seus aspectos mais tópicos e representassem produções de menor fôlego, de orientação mais didática, como o uso de recursos e métodos para a melhoria do ensino, e não tivessem o caráter mais abrangente que envolvesse a própria definição dos cursos.

É importante salientar que, durante o período dos governos militares, a Filosofia foi retirada do currículo de segundo grau, e os cursos superiores de Filosofia tiveram a sua matrícula reduzida, enquanto cursos como o de Educação Física, por exemplo, apresentaram grande expansão. Nesse clima político, a discussão de técnicas e métodos de ensino era, possivelmente, mais estimulada do que as discussões filosóficas dos objetivos, organização, reformulação e avaliação dos cursos.

Outro aspecto relacionado a essa situação é o fato de que a atual base de dados foi trabalhada, predominantemente, com revistas da área educacional, seja da educação em geral ou da educação superior. O curso de Pedagogia fica, assim, privilegiado não apenas quantitativamente, pelo número das produções que a ele se referem, como qualitativamente, pela natureza das mesmas, ao passo que a realidade de outros cursos fica pouco escrutinada.

O debate sobre a expansão das matrículas no setor público e melhoria dos cursos de graduação tem ganho destaque nos dias atuais. Enquanto a pós-graduação tem sido regularmente avaliada pela Capes e em breve passará pelo crivo da avaliação internacional, os cursos de graduação estão sendo avaliados, principalmente, pelo desempenho de seus egressos, através dos resultados dos exames levados a efeito pelo MEC: o Provão.

Parece importante localizar melhor o debate sobre os cursos de graduação e a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, a fim de analisar de forma mais abrangente o que já foi feito até o momento, identificando possíveis lacunas na produção do conhecimento e incentivando pesquisas e seminários temáticos que tratem de problemas específicos da realidade de diferentes cursos e levem em conta a especificidade das várias regiões do País e do próprio histórico das profissões e áreas de atuação dos egressos.

Para se alcançar esses objetivos, sugere-se que, numa segunda etapa, se faça uma ampliação da abrangência do Banco de Dados, tomando-se a categoria “ensino de graduação” e ampliando o levantamento com revistas de algumas áreas profissionais e universidades específicas.

Nota-se que algumas políticas e incentivos têm um papel importante na produção de conhecimento sobre o ensino de graduação. Assim, o Nupes desempenhou um papel significativo ao incentivar o debate sobre a formação profissional na área da saúde, realizando seminários e publicando artigos sobre cursos de Medicina e de Odontologia, a título de exemplo.

Um aspecto interessante de observar nas temáticas gerais que tratam do “ensino de graduação” é a pouca importância que é atribuída aos estudos de gênero nas pesquisas sobre o ensino. As próprias estatísticas oficiais, que na década de 50 faziam referência ao sexo dos estudantes nas matrículas dos diferentes cursos, aboliram, mais tarde, este dado, fazendo com que o processo de feminização da academia ficasse sem um registro histórico estatístico.

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A produção sobre a subcategoria Pós-Graduação converge para as seguintes subtemáticas: Cursos em Áreas Específicas (35%), Concepção de Pós-Graduação e Mudança (22%), Conhecimento Produzido e Processos (12%) e Trajetória Sociopolítico-Legal (12%), além de outras

convergências de menor incidência, como Pós-Graduação Lato Sensu e Aspectos Avaliativos (14%) e Pós-Graduação e Outros Níveis de Ensino (5%).

Cursos em Áreas Específicas (35%)

Sabe-se que são várias as portas para adentrar uma área específica de oferecimento de cursos de pós-graduação e tecer reflexões sobre um dado curso. A produção na subtemática engloba a estrutura, a disciplina, as áreas de conhecimento, as questões e os desafios presentes nos cursos. No que diz respeito às produções, poucos trabalhos (21%) são da década de 70; na década de 80 foram identificadas 45% das produções, enquanto na de 90 foi de apenas 20% – e com traços peculiares. Inicialmente, foram encontradas produções que focalizam aspectos normativo-legais, e, a partir dos anos iniciais da década de 80, nota-se preocupação com as diferentes concepções, com a filosofia, com linhas de pesquisa, com os primeiros resgates de trajetória dos cursos, com a divulgação científica e com a vinculação com pesquisa. Na década de 90, a preocupação parece repousar em outros patamares; vêm à tona aspectos comparativos e avaliativos, as tendências da pós-graduação, as crises, a ênfase na diferencialidade. A porta de adentramento passa, como já foi dito, em sua diversidade, da disciplina específica para a problemática maior da pós-graduação, dentro dos contornos do específico, ou seja, a transposição dos problemas da pós-graduação como um todo para a especificidade de uma área de conhecimento – o problema parece ser maior do que a área. Resumindo, o modo de adentrar a análise dos cursos varia ao longo das décadas, partindo do legal, enfatizando o específico e retornando ao geral, mas sob a ótica da especificidade. A produção mais significativa é a da década de 80, e nota-se uma passagem do curso para os programas.

Concepção de Pós-Graduação e Mudança (22%)

Nesta temática estão incluídas as produções sobre as questões consideradas básicas – desde a titulação, passando pela expansão –, questões essas que tanto preocuparam na década de 70. Discutia-se inclusive os prós e contras da própria pós-graduação, a sua influência (positiva) sobre a graduação, a função da preparação de recursos humanos e quadros para a universidade e o mercado. Nos anos de transposição de década observa-se a convergência para análise de mestrados e sua concepção, o que implica as funções desse nível. Na década de 80, muda paulatinamente a convergência dos interesses. Da formação do profissional passa para a formação do pesquisador; a função da pesquisa e suas condições de produção também são discutidas. Da preocupação com os cursos de mestrado passa para uma incisiva produção sobre questões, concepções e problemas ligados aos cursos de doutorado, especialmente nos anos finais da década. São propostos modelos e questionadas alternativas, mesmo que só aventadas nas políticas públicas. Predominam discussões que incidem sobre cursos e programas na área da educação, aqui tratados porque revelam a discussão maior das próprias funções da pós-graduação, busca de mudanças e/ou adequação a mudanças estabelecidas na esfera política e as tendências da pós-graduação. É interessante mencionar que, em meados da década de 90, reincide a preocupação com a formação do professor.

Conhecimento Produzido e Processos (12%)

Foram identificadas somente duas produções no final na década de 70; o auge da produção é na década de 80, com 9 produções, e na década de 90 encontram-se apenas seis. As primeiras parecem incidir nas implicações da ciência e na independência tecnológica; as demais focalizam as mudanças científico-tecnológicas, as questões teórico-metodológicas, a fragmentação

do conhecimento e as novas temáticas emergentes, assim como a formação do pesquisador. Na década de 90 predomina a questão dos processos de produção mais democráticos, a orientação compartilhada de dissertações e o destino do conhecimento produzido.

Trajetória Sociopolítico-Legal (12%)

Quatro das produções são publicadas até o final da década de 70 e denotam o clima da época no que concerne às reformas então em plena implantação, ao processo de formulação de políticas e ao estabelecimento do sistema de PG. As demais produções, com exceção de uma, são da década de 80, trazendo importantes discussões da época, como a institucionalização da PG, as políticas e as análises de trajetória. A produção dos anos 90 focaliza a consolidação da pós-graduação e o seu papel na consolidação da universidade. Em menor escala aparecem convergências sobre a Pós-Graduação *Lato Sensu*, sobre a relação Pós-Graduação/Políticas/Sociedade, Pós-Graduação/Outros Níveis de Ensino e Avaliação.

Balanço Crítico

A partir dos resultados até aqui apresentados sobre a subcategoria *Pós-Graduação*, é possível afirmar que as produções seguem o mesmo movimento transformativo que, na prática, a pós-graduação brasileira se inseria. Não surpreende a ênfase em aspectos legais e problemas focalizados na reforma nos anos iniciais de implantação do sistema de pós-graduação. Nos idos dos anos 70, a questão das funções da pós-graduação era premente, assim como o era a ênfase crescente na politização em face do regime então vigente. O Relatório-Síntese dos trabalhos da 1ª Reunião Científica da ANPEd resume o espírito da época, apontando três condições a serem atendidas na discussão sobre a concepção de mestrado: inserir a pós-graduação no movimento global de transformação da sociedade brasileira; desenvolver relações sociais expressivas do gérmen da nova concepção; e fortalecer a ANPEd como órgão representativo.

Na década de 80, a pós-graduação vive a multiplicação caótica de cursos, o elevado número de alunos por orientador, bem como a defasagem de recém-formados e as condições de trabalho nos locais de origem. Não surpreende que a produção, especialmente em áreas humanas e sociais, sinalize para a centralidade da educação em sua relação com a sociedade. Não surpreende também que, a partir da década de 90, o olhar para fora comece a ser qualificativo da pós-graduação e de sua produção. Sob o ponto de vista temático, houve uma nítida transição de áreas de conhecimento da década de 70 para uma visão interdisciplinar nos anos 90, inclusive passando de estruturas mais rígidas para formatos mais flexíveis e com modalidades associativas diferenciadas.

RELAÇÕES PEDAGÓGICAS

As produções na subcategoria *Relações Pedagógicas* convergiram para quatro subtemáticas específicas, apresentadas a partir da maior incidência: Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino (41%); O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem (36%); Mudanças na Educação, Políticas e Sociedade (15%); e Articulação entre Níveis e entre Saberes (8%).

Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino (41%)

As experiências pedagógicas em áreas específicas do conhecimento parecem acompanhar *pari passu* o desenvolvimento da educação superior. Não causa, portanto, surpresa que as relações pedagógicas no âmbito da produção acadêmica se objetivem através de relatos com maior ou menor aprofundamento analítico, reveladores de ações direcionadas para mudanças no ensino –

o elemento catalisador de aspirações. Mas especialmente as duas últimas décadas têm sido marcadas por constantes reflexões quanto ao papel do ensino, seus objetivos, sua aplicabilidade perante a sociedade e a busca de outras formas de transmissão dos saberes científicos. Estas questões, observadas, nas produções, em experiências pedagógicas que partiram desta necessidade de mudanças, representam mais da metade dos trabalhos produzidos na subcategoria *Relações Pedagógicas*. Tais experiências dizem respeito ao ensino de terceiro grau, tendo como base a melhor adequação dos métodos de ensino e a conexão do saber acadêmico com a realidade dos futuros profissionais formados nas instituições de ensino superior. Mas quando surgem as experiências na mira da produção acadêmica? Surgem, timidamente, no final da década de 70 (6% das produções na subcategoria), com a necessidade de relacionar a teoria com a prática e aplicá-la a partir da realidade social. Já na década de 80 (72% das produções) os questionamentos sobre a educação se concretizam por meio de várias publicações sobre as experiências feitas com o objetivo de adequar o ensino à realidade e de fazer com que o aluno tenha uma participação ativa na sua formação. Na década de 90 (16% das produções), pode-se observar a preocupação com um redirecionamento do ensino baseado na relação teoria/prática e na interação professor/aluno/instituição; para que haja uma adaptação entre eles, também se faz presente a utilização de novas tecnologias, como o computador, para o auxílio no aprendizado.

O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem (36%)

A noção que marca esta convergência temática é a de que o professor é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois a ele cabe proporcionar/prover condições necessárias para que a aprendizagem ocorra. Nas produções sobre esta subtemática, observa-se que, a partir da década de 70 (22% das produções), começa a surgir a necessidade de que o professor busque outros caminhos além dos métodos tradicionais de ensino. Há um questionamento quanto ao papel do professor no processo de ensino-aprendizagem que marca a década de 80 (62% das produções) e que se revela não apenas na adequação às mudanças sociais, mas, também, na provocação de tais mudanças. Estabelece-se uma comunicação, uma troca entre professor e aluno; ambos se tornam ativos no processo, que é construído em conjunto. A teoria passa a adquirir significado para o aluno, pois está relacionada com o seu cotidiano, com a sua prática. Surge também uma reflexão a respeito da formação de professores, que começa a esboçar algumas mudanças no sentido de melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Na década de 90 (14% das produções), além destas questões já citadas, aparece a avaliação, que passa a se adequar às mudanças que estão ocorrendo no ensino. A avaliação vai pautar-se na relação dinâmica que se estabelece entre o professor e o aluno e, nela, a comunicação é indispensável para a reestruturação do processo de ensino-aprendizagem.

Mudanças na Educação, Políticas e Sociedade (15%)

As mudanças na educação começam a ser pensadas e realizadas a partir de mudanças em todos os níveis da sociedade e do surgimento de outras necessidades e demandas que dela emergem – é a força da vinculação entre educação, políticas e sociedade. Não é estranho que nas produções, a partir do final da década de 70 (16% das produções), apareçam questionamentos, no que diz respeito ao ensino de terceiro grau, quanto aos critérios da Lei nº 5.692/71, além da necessidade de adequar o ensino superior às relações sociais, à cultura e ao contexto em que as instituições e sistemas reformandos estão inseridos. Nas duas décadas subseqüentes (75% das produções), surgem modelos de educação baseados na autogestão e comprometidos com as necessidades da sociedade, visando melhorar a qualidade do ensino mediante a articulação entre sociedade civil, política e mundo acadêmico, para buscar resolver os problemas relacionados à educação. Observa-se que há uma participação ativa também do aluno a respeito das mudanças na educação.

Articulação entre Níveis e entre Saberes (8%)

A articulação entre níveis de ensino e saberes que compõem o acervo a ser disponibilizado para o aluno encontra o seu *locus* nas décadas de 80 e 90. Nas produções da década de 80, a articulação entre primeiro, segundo e terceiro graus é apontada como fundamental, a fim de que sejam atendidas as necessidades de cada um dos graus e se estabeleça uma relação direta entre eles. Fatores culturais, históricos e econômicos são apontados como elementos que dificultam a passagem do aluno de um grau de ensino para outro. Nas produções da década de 90, o esforço articulador é direcionado para os conhecimentos das diversas áreas de ensino, a fim de contribuir na formação dos profissionais de ensino superior.

Balanco Crítico

Um olhar mais abrangente sobre a subcategoria *Relações Pedagógicas* mostra não só que as experiências pedagógicas específicas com vista a mudanças no ensino tiveram o seu auge na década de 80, diminuindo acentuadamente desde então, mas, também, que as mudanças que hoje povoam as intenções estão vinculadas a diversos segmentos sociais. Existe a clareza de que a concretização de mudanças para superar problemas educacionais não diz respeito apenas aos educadores, mas a todos os segmentos sociais. São necessários novos olhares sobre os paradigmas que lidam com a questão. Como lucidamente coloca Romão (1995), a questão da incoerência entre o discurso e a prática educativa, o descomprometimento das políticas públicas com a educação, a fragilidade do sistema educacional e a descontinuidade dos planos, programas e projetos educacionais têm mais de uma causa. Existe desarticulação entre os graus de ensino, o que entrava a passagem do aluno; não há continuidade nos programas, planos e projetos governamentais, muitos de caráter personalista e patrimonialista. Tendo presente as considerações até aqui tecidas, pode-se pensar que a grande contribuição dos anos 90 foi a plena expressão de que as relações pedagógicas não se esgotam na sala de aula e nas pessoas do aluno e do professor. A solução para os seus problemas reside na articulação entre níveis de ensino, saberes, esferas e segmentos, entre a sociedade civil e a política, tendo em vista a formulação, execução e avaliação de alternativas.

CURRÍCULO

A subcategoria *Currículo* apresenta uma incidência constante nos periódicos estudados. De 1968 até 1979 são publicados 22,5% dos documentos, de 1980 a 1989, 60,1% e de 1990 a 1995, 16,5%. Esta afirmação é mantida quando relativizada para o número de anos que cada período abarca, e, inclusive, outras inferências podem ser apresentadas: há um crescimento acentuado da temática de 1968 até 1989, sendo a década de 80 a de maior produção científica. Por outro lado, a incidência de publicações do período de 1990 a 1995 permite projetar a presença constante da temática durante toda essa década, mas sem a mesma força quantitativa que a verificada na década precedente.

Buscando um detalhamento maior da subcategoria *Currículo* e analisando as produções do Banco de Dados *Universitas/BR* a ela relacionadas, identifica-se duas principais dimensões da temática: a principal, que domina todo o período estudado, é a Prática Curricular (91%), seguida de produções sobre Concepção de Currículo (7%). Entende-se como Prática Curricular a proposta, relato e/ou análise de currículo de cursos ou de sistemas e/ou instituições de educação superior; entende-se como Concepção de Currículo as reflexões teóricas sobre o currículo – tendo como base um curso específico ou tomando o currículo como abstração – ou, ainda, as reflexões teórico-práticas que abordem a história do currículo de um determinado curso.

Prática Curricular (91%)

No tocante à Prática Curricular, sua incidência é constante durante todo o período estudado, com predomínio na década de 80, quando são produzidos 69% dos documentos. No interior desta subtemática duas dimensões são identificadas: as Práticas Curriculares de Cursos e as Práticas Curriculares de 3º Grau, de uma forma geral.

As Práticas Curriculares de Cursos são predominantes (85%) durante todo o período, entretanto é na década de 80 que sua presença é notoriamente marcante – são aí produzidos 69% dos documentos, referentes basicamente a cursos de graduação, como se pode identificar no exame de suas subtemáticas. Nas Práticas Curriculares de Cursos foram identificadas quatro convergências temáticas: Cursos de Graduação Profissionais, Cursos de Licenciatura, Curso de Pedagogia e Cursos de Pós-Graduação.

São identificadas as seguintes subdivisões: a) práticas curriculares de Cursos de Graduação Profissionais (34,4 %), a convergência dominante. Aí merecem destaque os estudos sobre os cursos da área biológica – nesses, o predomínio é do curso de Medicina, seguido dos cursos de Odontologia e de Enfermagem. Nessa convergência temática também estão incluídos os cursos profissionais que formam o bacharel e o licenciado – nesses casos, a discussão entre as duas ênfases que o curso profissional permite é uma constante desde 1968 até 1995; b) práticas curriculares dos Cursos de Licenciatura de uma forma geral (22%), a segunda subtemática em incidência. Não há predominância de estudos sobre um determinado curso, mas existem documentos sobre diversos cursos de graduação – entre eles salientam-se os de Matemática, Química, Física, Veterinária, além de algumas discussões sobre cursos das Áreas Humanas. Da mesma forma que na subtemática anterior – práticas curriculares de Cursos de Graduação Profissionais –, nessa também pode-se identificar, na década de 80, estudos que têm como marca uma posição histórico-crítica de educação comprometida com o desenvolvimento social do País. Na década de 90, as discussões ampliam seus questionamentos para a interdisciplinaridade curricular e alertam para a possibilidade de o currículo transformar-se em “camisa de força”, conclusão advinda do estudo histórico das legislações de educação superior (Paoli, 1990).

As duas outras convergências identificadas, com menor expressividade numérica que as anteriores, são: as práticas curriculares do Curso de Pedagogia (11%) e as práticas curriculares de Cursos de Pós-Graduação (7,9%). Ambas também são constantes durante todo o período abarcado pelo Banco de Dados. As produções que se referem ao Curso de Pedagogia indicam uma presença maior na década de 90, com discussões de temáticas emergentes, como a educação ambiental. Em 1982 Saviani propunha um currículo para os cursos de Pedagogia/Licenciatura, defendendo a formação de um educador generalista. A proposta de revisões curriculares do curso de Pedagogia é constante. Na década de 90, identifica-se estudo que apresenta reflexões epistemológicas defensoras da idéia de Ciência da Educação, propondo, conseqüentemente, a redefinição curricular no curso de Pedagogia para adequá-lo ao novo *status* científico. Já as práticas curriculares de Cursos de Pós-Graduação apresentam uma incidência em documentos de cursos *lato sensu* de Especialização, discutindo suas finalidades, e um currículo pertinente à complexidade abarcada por essa nomenclatura. Também são apresentados relatos de experiências do processo de criação, do desenvolvimento de cursos, disciplinas, etc. – pode-se citar como exemplo a de Estágio Supervisionado. Quase não há estudos sobre cursos de pós-graduação *stricto sensu*; identifica-se o de André (1992), quando analisa a evolução da área de Métodos e Técnicas de Ensino do PPG Educação/PUC-RJ.

A segunda dimensão da subtemática Prática Curricular é a que se refere às Práticas Curriculares de 3º Grau enquanto sistema e instituição (11,9%). Estão aí incluídos documentos que discutem propostas ou currículos de centros, faculdades, fundações (UnB. Buarque, 1988), ciclos de estudo (currículo do Ciclo Básico e o do Ciclo Profissionalizante), currículo de programas de capacitação de docentes e técnicos científicos (PICD. Barbosa, 1978) e currículo do próprio ensino superior.

Concepção de Currículo (7%)

Esta segunda dimensão da subcategoria *Currículo* merece destaque pela sua importância qualitativa. Ela tem presença constante durante todo o período e tende a se manter em níveis similares entre 1968 e 1979. Duas dimensões dessa subtemática são identificadas: os documentos que abordam a Concepção Teórica de Currículo e os que abordam a História do Currículo numa perspectiva teórico-prática.

Como é de se esperar, as discussões teóricas são realizadas por poucos. Entre esses, pode-se identificar: Thiollent (1979), que aborda duas formas de Didática presentes no currículo – o ensino magistral e o ensino leitura – e alerta para a necessidade de levar-se em conta as relações sociais, os modelos culturais e o contexto institucional que os envolve; Fisher (1981), que alerta para os jogos de poder presentes no processo de implantação de currículos; Giambiagi (1980), que reflete sobre o currículo de cursos de Química e sobre a pós-graduação, destacando a necessidade de flexibilidade e de interdisciplinaridade; e Balzan (1994), que analisa os princípios inaceitáveis da educação em países subdesenvolvidos.

As discussões que perpassam o período de 1968-1995, sejam na convergência temática Práticas Curriculares ou na Concepção de Currículo, refletem os paradigmas teórico-metodológicos da educação e, numa concepção mais ampla, das Ciências Sociais; num primeiro momento, com o predomínio da concepção de currículo tradicional, centrado na figura do professor, encontrando-se, também, influências de um currículo tecnicista, de um currículo espontaneísta, de um currículo que considera a historicidade, e, mais recentemente, de um modelo curricular que propõe a relação ensino-pesquisa-aprendizagem como mote.

LICENCIATURA

A questão das licenciaturas recebeu considerável atenção da comunidade acadêmica, tendo presente a quantidade de artigos publicados em periódicos nacionais. Esta subcategoria perfaz 3,6% da produção do Banco de Dados *Universitas/BR* e abarca 164 documentos (20,94%), constituindo-se a segunda maior produção da categoria temática *Ensino*.

A análise interna da temática revela algumas convergências significativas: Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor (41%); Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras (24,8%); Curso de Pedagogia e Formação do Professor (18%); Mudanças na Licenciatura e Contexto (10,2%); Concepções sobre Formação do Professor (6%).

Concepções sobre Formação do Professor (6%)

Esta convergência abarca perspectivas, concepções e preocupações presentes nas produções sobre a formação pedagógica. As concepções sobre a formação do educador começam a aflorar em conjunto com os movimentos característicos dos anos 80 e que foram desaguar nas grandes pressões para a abertura democrática – é o caso de trabalhos que abordam a questão sobre quem educa o educador, a partir de 1980. Os trabalhos, de algum modo, reconhecem a crise e a necessidade de redefinição dos cursos de formação de educadores. Chama a atenção um deles, que agrupa estudos prévios centrados na norma e sua adequação à realidade, na dimensão técnica do processo de ensino-aprendizagem, na dimensão humana que enfatiza a relação interpessoal no processo formativo e no contexto, referindo-se à conexão entre educação e sistema político-econômico. Tais dimensões, traduzidas para a dinâmica de formação e para o currículo, expressariam uma perspectiva multidimensional (Candau, 1982).

Ultrapassar as soluções pedagógicas e levar em conta os seus aspectos políticos, sociais e econômicos, encarando o campo de atuação do professor como agente histórico, é um ponto

marcante na produção da época. Mas são apontados problemas, como a fugacidade dos conteúdos numa sociedade em constante mudança, a questão do conhecimento e dos métodos para apreendê-lo e a importância do trabalho conjunto de pesquisa, entre professor e aluno, na busca de soluções para os problemas novos e significativos (Balzan, 1983). Existe também a tendência de analisar cursos e propor alternativas centradas no que são denominados blocos, partes, ou até mesmo como pressupostos. Mediano (1984), por exemplo, identifica três deles: formação geral, formação especial e formação pedagógica. Os objetivos que deveriam orientar a formação poderiam ser resumidos em consciência da realidade, fundamentação teórica e instrumentalização técnica.

Certamente, os vários Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino (Endipe) influenciaram a produção. No V Endipe, em Belo Horizonte, no ano de 1989, foram apresentados trabalhos reveladores da efervescência que gravitou em torno da Carta Magna de 1988, na antevisão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Plano Nacional de Educação. É pertinente mencionar um dos trabalhos no qual o ensino de Didática é caracterizado evolutivamente (1969-1989), desvelando o seu movimento de busca de definição, tendências e perspectivas (André, 1992). Assim como a Didática, a Prática de Ensino teve sua história resgatada, precisando de uma definição mais objetiva quanto ao espaço que deveria ocupar nos currículos dos diversos cursos onde é ministrada (Carvalho, 1992).

Na busca de esclarecimento dos contornos epistemológicos, desde seus fundantes teleológicos até os instrumentais, não faltam trabalhos que abordam paradigmas. Entre eles, é de se mencionar os que desvelam os atores e processos, cujas racionalidades são muitas vezes antagônicas, como a que envolve formadores de pesquisadores e formadores de professores. Não é omitida a interlocução articuladora de posições que exercita a racionalidade crítica. Como diz Mazzotti (1993), o esclarecimento do estatuto da Pedagogia é condição reflexiva da prática.

Mudanças nas Licenciaturas e Contexto (10,2%)

As tônicas desta subtemática são repensar a problemática das licenciaturas, abarcando o debate sobre a formação do professor, e a formulação de proposta preferencialmente fruto de ações conjuntas. Por um lado, é a tentativa de aproximar discurso e realidade; de um outro, é a proposição de modelo que tem presentes conteúdos e interdisciplinaridade. É, também, função do educador; é todo o movimento de mudanças.

No auge do período intervencionista, a preocupação com o contexto se manifesta em trabalhos que focalizam a legislação, a universidade e o ensino de 1º e 2º graus. As universidades são agências formadoras de pessoal docente e não-docente, e o sistema é a absorção. Mas se existem produções que sinalizam para reformas e mudança, outras já sinalizam que a estrutura da universidade não contribui para a transformação na escola. Não faltam estudos que envolvam a percepção, ou seja, a relação estudos pedagógicos e a percepção do papel do professor, ou, ainda, sobre o curso de Pedagogia.

No caudal da distensão política, a função do educador é desmistificar realidades, os mitos que encobrem o real, desvelando-as, mas sabendo que existem mitos que encobrem interesses que o direcionam. Os que deveriam ser submetidos à crítica são: a formação de professores mediante cursos normais, licenciaturas e pós-graduação; o mito do planejamento como maneira de melhorar o ensino; o mito da educação como possibilitadora da ascensão social (tomada em sentido restrito); o mito da escolha vocacional (liberdade para escolher a profissão); o mito da educação como promotora do desenvolvimento social (Ronca, 1983). É o momento em que o ensino começa a ser visto como serviço à comunidade. É a face social da educação que se impõe.

No início dos anos 80, quando se evidenciam preocupações (até mesmo do MEC) com formação de professores e dignificação do exercício profissional, com a Carta Magna aprovada e na perspectiva de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as atenções se voltaram para questões

de cunho político-social ou tratadas em tal perspectiva, tais como acesso ao ensino superior, existência de uma pré-seleção sociocultural das carreiras de nível superior, com a conseqüente ociosidade das vagas destinadas ao magistério do 2º grau, e política de abandono das responsabilidades da universidade pública na formação de docentes para o 2º grau.

Na época da Constituinte é discutida a reformulação dos cursos de licenciatura, numa perspectiva de superação de reformismos e ancorada na busca de uma base comum nacional, nas suas especificidades e na formação de agentes de mudança e produtores de conhecimento.

Mas Faculdade de Educação (Faced) e curso de Pedagogia são vistos no cerne do processo de mudança. À Faced caberia exercer a liderança do processo de desenvolvimento da educação em todos os níveis, coordenando a área pedagógica da universidade, responsabilizando-se pela administração dos departamentos pedagógicos e pela coordenação didática do curso de Pedagogia e demais cursos de formação de professores. Em meados dos anos 90, num momento de consolidação da democracia, caberia ao curso de Pedagogia enquanto licenciatura plena enfrentar o desafio de qualificação do ensino fundamental pela formação universitária do professor das séries iniciais. A mudança estaria ancorada na reflexão teórica, mas subvertendo a ordem teoria/prática com a adoção do procedimento prática/teoria/prática.

Curso de Pedagogia e Formação do Professor (18%)

O curso de Pedagogia está na pauta das discussões e na agenda de mudanças das produções estudadas durante o período em apreço. No final dos anos 70, quando dos primeiros assopros de novos ventos políticos, já se falava na redefinição do curso, de seu currículo e de seu conteúdo – neste momento chegou a ser aventada a extinção do curso. No mesmo período ele se fortaleceu, e as discussões que suscitou focalizaram as habilitações, inclusive a de Educação Especial, e a questão dos especialistas, que se insere mas transcende a questão das habilitações.

Nos idos de 1980 e no movimento de distensão em busca da democracia, as preocupações se voltam especialmente para os estágios, para a articulação teoria-prática. Nessa época nota-se o importante papel do Comitê Nacional de Reformulação da Pedagogia e Licenciaturas no mesmo movimento das entidades civis que viriam exercer pressões para as mudanças políticas necessárias. Era de se esperar que surgissem trabalhos voltados ao esclarecimento da função da educação no âmbito das condições políticas então vigentes. Uma síntese das discussões da época se revela na análise de duas concepções de educação: uma que nega o vínculo da educação com as condições políticas e outra que explicita esse vínculo (Warde, 1983).

No momento da democracia política dos anos 90, a integração passa a ser um dos focos, sem esquecer o aluno da Pedagogia e o tratamento do curso a questões relevantes dos dias de hoje, como interdisciplinaridade, qualidade de ensino, modernidade, epistemologia, busca de referenciais e a articulação entre estes, a prática e o papel da Pedagogia na formação do professor de ensino fundamental, tendo presente que é este curso o único voltado para o sistema.

Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor (41%)

A década de 80, especialmente na primeira metade, é marcada pela discussão nas áreas específicas em que as licenciaturas são oferecidas. São produções nas áreas de História, Educação Física, Educação Artística, Psicologia Educacional, entre outras. A discussão das áreas é marcada pelo resgate histórico da formação de professores e, até mesmo, pela curiosidade em torno da formação do professor para o ensino médio pré-reforma. Parece existir sincronia entre o aumento da discussão política e o olhar avaliativo e redefinidor sobre licenciaturas em várias áreas do conhecimento.

Algumas das produções são particularmente sinalizadoras de direções, ao mostrar que o licenciado deve aprofundar e dominar o conhecimento já sistematizado e o seu processo de sistematização (estruturas básicas), sem esquecer que um dos suportes epistemológicos fundamentais é a questão do tratamento do saber como produto de constante movimento que o pensamento humano faz do particular ao geral e deste àquele. Nesta perspectiva, participar do avanço do conhecimento e dominar o conteúdo precedem o direcionamento didático, pois o critério epistemológico dirigiria o didático. Por outro lado, são denunciados o desprestígio de algumas disciplinas (como Arte-Educação), o despreparo de professores, as omissões na formação por parte da universidade e sua falta de articulação com as escolas e o sistema, seja da mentalidade elitista dos meios profissionais ou seu descaso com os professores e licenciados. Não são esquecidas, na denúncia, as formações marcadamente acadêmicas de um lado e a falta de pesquisas específicas sobre formação de professores de outro. Certamente, um dos pontos é a articulação teoria e prática.

Cabe um destaque à produção sobre a formação do professor em Ciências, integrada ou em licenciaturas convencionais (Matemática, Física, Química e Biologia) – esta é uma das mais significativas produções sobre licenciatura. Alguns impasses perpassam a discussão: destacam-se a formação igual para os dois níveis do ensino básico, a maior adequabilidade da licenciatura em Ciências comparada às licenciaturas convencionais em Física, Química e Biologia, a questão das licenciaturas curta e plena e o uso eficiente do conhecimento por parte dos licenciados.

No final dos anos 70, a grande discussão foi a preparação para o ensino de Ciências através de licenciatura curta, cotejada com a licenciatura plena também em Ciências. Era discutido o horizonte profissional limitado dos que recebiam a formação de professor de Ciências. A questão continuou em pauta, considerando inúmeras produções ao longo dos anos 80; no entanto, podem ser encontradas no período significativas produções que se preocupam com as licenciaturas específicas das áreas que compõem as ciências. São encontrados trabalhos sobre as licenciaturas em Física, Matemática, Biologia, Química, sendo ressaltado o problema da mera transposição de conhecimentos adquiridos no terceiro grau, o que torna os conteúdos desprovidos de significados. Não é omitida a importância de o jovem futuro professor vivenciar o ensino e a pesquisa.

Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras (24,8%)

A Didática enquanto disciplina da formação pedagógica é a que mais suscitou o interesse acadêmico, considerando a produção em pauta. No início dos anos 70, as produções eram direcionadas para as possibilidades oscilatórias no relacionamento professor-aluno. Não surpreende a visão do ensinar centrado no estudante, a práxis educativa atendendo o assistir para desenvolver a iniciativa, a autodeterminação, o discernimento e o assumir de responsabilidades. Não surpreende também as investidas para a redefinição da Didática abarcando o humano, o técnico e o cultural vinculados às bases educacionais, socioantropológicas, político-econômicas, filosófico-pedagógicas.

Já em outro patamar histórico, o da nova Carta Magna, entra em cena a discussão sobre a base epistemológica da Didática e da Prática de Ensino. Enquanto a primeira teria por objeto o estudo do ensino (componentes e dinâmica), a Prática de Ensino pretenderia ensinar a prática de um certo campo do saber (Matemática, História, Biologia). Nesta interseção entre dois campos do saber, o professor ensina outras “coisas” (preocupação da Didática), como valores do professor, sua ideologia, suas relações com a escola e com os outros professores. A Didática é, pois, a disciplina-síntese do curso de Licenciatura, porque provoca a reflexão sobre vários conceitos introduzidos por outras, cabendo ao professor articular o conhecimento com as suas implicações políticas e ideológicas (Penin, 1988).

A caminhada já vencida permitiu que na década de 90 emergissem estudos resgatadores da memória e uma revisão da Didática enquanto área de saber e disciplina escolar. É entendido que, do início da década de 50 até os anos 90, ocorre a construção da Didática no interior da perspectiva

do liberalismo, seguida da negação do momento anterior, e, finalmente, a sua reconstrução na perspectiva progressista. A construção de uma nova prática exige da Didática uma transmissão-assimilação e uma produção-sistematização coletiva do saber. Nesta tarefa, a disciplina busca prover os professores de um saber metodológico que lhes possibilite “pedagogizar” de forma competente e crítica o conhecimento científico (Oliveira, 1993).

Ainda dentro da formação pedagógica, a disciplina Prática de Ensino dá ênfase à competência técnica e humana do estagiário. É notória a preocupação com a prática que forma professores para disciplinas profissionalizantes do 2º grau, mas são poucos os trabalhos que abordam a problemática. Do mesmo modo, são construídas alternativas para o estágio de ensino nos cursos de Licenciatura que se preocupam com a competência técnica enquanto coerência entre desempenho técnico no planejamento de situações de ensino, execução e avaliação da experiência, envolvendo segurança no domínio do conteúdo, utilização de técnicas, recursos e procedimento de avaliação. Já a competência humana é avaliada através de fatores como relacionamento, interesse e participação do aluno (Damasceno, 1980). Uma das mudanças pretendidas para a Prática de Ensino é a de transformá-la em um lugar de saúde cultural, o que se conseguiria buscando respostas a questionamentos relevantes, que envolvem inclusive aspectos culturais. Não surpreendem alguns estudos que associam a Prática de Ensino e a Didática a movimentos educacionais vinculando a discussão sobre quantidade à discussão sobre qualidade de ensino. Além destes, a análise do significado da Prática de Ensino nos cursos superiores de licenciatura também angaria atenções. Nesta abordagem insere-se uma retrospectiva da Prática de Ensino desde a década de 30, mostrando a sua evolução. Nessa pesquisa são levantadas tendências atuais, destacando-se a manutenção de critérios de qualidade que privilegiam razões pedagógicas se comparadas às de natureza econômica (Fracalanza, 1982).

A formação pedagógica em outras disciplinas que não a Prática de Ensino abarca cerca de 5% da produção na subcategoria *Licenciatura*. Refere-se a disciplinas da área pedagógica como as ligadas à Estrutura e Funcionamento do Ensino. Três dos estudos relatam experiências com a introdução da disciplina Educação e Sociedade em substituição às Estruturas e à Didática. É interessante mencionar que os estudos foram publicados na transposição dos anos 70 para os 80.

Outras produções ressaltam as possibilidades de várias disciplinas na formação pedagógica, como é o caso da Filosofia da Educação, por permitir o confronto entre educação e axiologia. É mostrado que políticas têm valores subjacentes reveladores de intenções. Essas intenções podem expressar ruptura do sistema de ensino com os objetivos e valores da Filosofia (1991). Já a disciplina de Educação Comparada (1994) seria estimuladora de pensamento educacional criador, possibilitando a mediação política do intercâmbio, e a Sociologia da Educação é vista numa perspectiva internacional. As ciências biológicas também são alvo de estudos.

Balanco Crítico

Não causa estranheza que justamente a subcategoria que envolve a questão da formação do professor tenha tido acolhida tão significativa por parte da comunidade acadêmica, seja pela sua posição no conjunto, seja pelo número de convergências internas identificadas. É uma temática que mobilizou sobremaneira, pelos desdobramentos políticos que traz consigo e pelas políticas que têm na licenciatura o seu corolário. Os desdobramentos políticos ficam por conta do potencial da ação do futuro professor no forjamento de posturas críticas e questionadoras do estabelecido, considerando que o interregno de 1968 a 1995 abarca um período de fechamento democrático em torno do golpe de 1964 e um período de distensão encaminhadora dos momentos subseqüentes de retorno à democracia. As políticas que têm na licenciatura o seu corolário fizeram parte das mudanças decorrentes da Reforma Universitária de 1968 e que, paulatinamente, se manifestaram em ações governamentais, como as promovidas pela SESu/MEC, em 1981, para a reformulação dos cursos que formam educadores, em ações e contra-ações de docentes universitários, ações essas canalizadas aos poucos

pelos organismos da sociedade civil, como a Aesufope e a Anfope, entre outros. Enquanto temática de análise, refletiu sobremaneira os inúmeros conflitos, transformando-se numa das arenas de tensões vivenciadas na sociedade e engajando-se nos movimentos em direção a uma reformulação do Estado e da sociedade brasileira.

Mas em que pontos se concentram as subtemáticas identificadas? Provavelmente, o principal ponto seja a busca de respostas para questionamentos relevantes, neles incluídos os esclarecedores da formação de uma dada visão, da redefinição de cursos, da revisão de estruturas do ensino, da interdisciplinaridade, da busca de soluções para os problemas. Se tal assertiva for verdadeira, faz sentido que haja trabalhos marcantes que resgatam a história e a trajetória, especialmente na década de 90. É uma temática em construção.

ARTICULAÇÃO GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO

Nos contornos da categoria temática Ensino, a presente subcategoria apresenta produção incipiente, com 1,2% do total. Cabe mencioná-la pelas implicações das áreas de conhecimento e seus desdobramentos no cerne da relação Graduação/Pós-Graduação. Se na década de 70 os distanciamentos ficavam por conta da institucionalização não concretizada, nos anos 90 é questão presente, mostrando que seus desdobramentos transcendem a institucionalização para se postar no âmbito das áreas de conhecimento e das disciplinas e como centro das tensões que as caracterizam. Duas convergências são marcantes: Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Continuidade (60%) e Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Interdisciplinaridade (35%).

Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Continuidade (60%)

A continuidade de conhecimento entre a área de graduação e a de pós-graduação parece ser uma das vias facilitadoras de articulação entre estes níveis. As produções sinalizam para problemas mais periféricos e não centrais, numa relação mais direta e comprometida entre ensino e pesquisa, com a conseqüente qualificação do ensino e dos profissionais que vão sendo formados.

Articulação Graduação/Pós-Graduação pela Interdisciplinaridade (35%)

Esta convergência sinaliza mais para as questões de institucionalização como foco de tensões no relacionamento graduação/pós-graduação. Ocorre quando a pós-graduação é desvinculada da área de graduação da demanda, o que dificulta, pela via departamental, a consolidação institucional da pós-graduação e coloca na interdisciplinaridade a via de construção de laços. Nesta convergência a interdisciplinaridade proporcionaria olhares paradigmáticos diferenciados que favoreceriam a articulação de conhecimentos mais do que a da formalização. Nela aparecem, timidamente, alguns artigos (5%) relacionados às condições para que se estabeleça a articulação entre graduação e pós-graduação, tendo como suporte a inter-relação ensino/pesquisa.

VISLUMBRANDO TEMÁTICAS

Considerando o elevado número de produções classificadas na subcategoria *Outros* (5,2% do total), resolveu-se adentrar as produções em busca de novas convergências. Desde o início, começou a se configurar como importante a convergência Estado/Sistema Educacional/Universidade (80%), abarcando questões como “recursos destinados à educação” e “acesso ao ensino público nos seus diferentes graus”, visto que a demanda se apresenta maior do que o número de vagas oferecidas. As questões relacionadas ao ensino de 3º grau, nesta temática, fazem referência ao papel das universidades, à expansão e democratização do ensino superior e

sua articulação com a sociedade, além de um comprometimento maior do Estado quanto ao financiamento de pesquisas no 3º grau.

Há artigos mais específicos (20%) que tratam do perfil dos alunos que entram na universidade, do histórico e crítica do desenvolvimento do ensino superior na China de 1948 a 1990, da modernização das bibliotecas universitárias, além de um levantamento nas instituições de ensino superior, de 1984 a 1990, quanto ao número de alunos e professores.

A análise até aqui realizada permitiu clarificar convergências e, em alguns casos, qualificar sua inserção no contexto político e educacional.

Foram identificadas diversas características reveladoras de aspectos singulares na tentativa de revelar a importância da subcategoria e convergências no âmbito da temática maior. Como resultado, é possível captar recorrência em certas convergências temáticas. Elas dariam unidade à diversidade que caracteriza o ensino superior. É o que será discutido a seguir.

A Face da Unidade na Diversidade (Temas-Eixo)

As subcategorias temáticas analisadas podem ser historicamente datadas sob duas perspectivas: a prevalência de tema e a prevalência de temas-eixo. A primeira se refere a convergências de idéias, assuntos e questões problematizadas e discutidas em momentos específicos da trajetória histórica da categoria no período estudado. O tema-eixo diz respeito às tematizações que se fazem presentes ao longo dos anos, mas que adquirem conotações diversificadas reveladoras de diferentes interesses e preocupações que perpassam a universidade e a sociedade (Morosini e Franco, 1998).

A análise prévia permitiu identificar alguns temas constantes que perpassam diversos trabalhos, distribuídos ao longo do período abarcado pelo estudo. Esses temas têm a força de idéias motrizes, congregadoras, aparecendo, por vezes, com menor intensidade, mas sempre presentes e constantes ao longo dos anos:

Resgate da trajetória histórica, que aparece nas mais diversas subcategorias temáticas e convergências, às vezes sob um olhar meramente descritivo e, outras vezes, sob uma perspectiva histórico-crítica. Os cursos, as disciplinas, as instituições e o ensino parecem buscar sua identidade no resgate histórico de seus próprios passos.

A relação educação/contexto, que aparece num entorno legal e asséptico, mas, também, numa visão crítica das determinações sociopolítico-econômicas e mediações de poder que lhes são próprias.

A articulação de conhecimentos, que em momentos se mostra como justaposição de disciplinas, mas, em outros, traz embutida a multiplicidade de olhares com que os complexos problemas do ensino superior se defrontam neste final de milênio, que implicam o concurso de várias ciências e de diferentes instâncias e esferas viabilizadoras.

A busca epistemológica, que se revela na inquietação paradigmática de uns poucos mas marcantes trabalhos que têm em mira as bases fundacionais e o destino disciplinar. Especialmente em disciplinas ligadas à formação pedagógica, tais trabalhos parecem querer superar a visão essencialista, tradicional, mas também a visão existencialista, na perspectiva do apriorismo da escola nova e da valorização do aluno e de sua bagagem. O caminho parece sinalizar para a visão dialética do homem histórico que produz o ensino no fazer pedagógico em sala de aula.

O espaço da Faculdade/Centro de Educação, que, pelas características da área de conhecimento que abarca, é o órgão mediador por excelência entre universidade/sistema de ensino/escola e, pelos conhecimentos de que faz uso, o articulador entre teoria e prática e entre saberes. É responsabilidade da Faced a coordenação da área pedagógica.

O Curso de Pedagogia, cujas produções traduzem as inquietações de quem está ainda num processo de construção da própria identidade.

O papel de cursos e da própria universidade pensado na sua dimensão formativa da preparação de quadros profissionais e da qualificação de futuros professores. São poucos os estudos

que articulam ensino, pesquisa e preparação da nova geração de pesquisadores. Mas são realmente incipientes os que sinalizam para a projeção crítica do futuro da sociedade enquanto compromisso de todos os campos do saber.

Encaminhamentos Conclusivos

O QUE AS TEMÁTICAS REVELARAM

Quanto à Subcategoria Graduação

A produção focaliza cursos e disciplinas. Entre os cursos, o de Pedagogia é o mais estudado, na perspectiva histórica, avaliativa, de ambigüidades, de especialistas, de reformulação e, inclusive, de extinção. Os estudos mencionam a importância de maior articulação entre a teoria e a prática e de mais aproximação dos vários níveis de ensino. É feita referência à necessidade de se levar em conta a realidade brasileira. As críticas são dirigidas aos métodos inadequados de ensino, às resistências e barreiras para reformulações curriculares. As produções sobre os demais cursos mostram preocupações específicas. A Química, com a problemática da repetência e fórmulas de solução; mais do que o curso como um todo, os focos são as disciplinas, o uso de recursos e os métodos de ensino. A Medicina se preocupa com a reforma do curso – sugerindo a inclusão de novas disciplinas –, com metodologias de ensino, estágios e a relação médico paciente.

Existem mais produções que tratam de disciplinas oferecidas, em geral, a mais de um curso e em áreas específicas do que as relacionadas à formação pedagógica. Em primeiro lugar aparecem as relacionadas à disciplina de Química, seguidas das relacionadas às disciplinas de Física e de Biologia. Na área pedagógica, as mais referidas são a Prática de Ensino e a Didática.

Quanto à Subcategoria Pós-Graduação

A produção na subcategoria apresenta as seguintes convergências: Cursos em Áreas Específicas, seguida de Concepção de Pós-Graduação e Mudança, Conhecimento Produzido e Processos, Trajetória Sociopolítico-Legal e, com menor incidência, Pós-Graduação Lato Sensu e Aspectos Avaliativos e Pós-Graduação e Outros Níveis de Ensino.

Na convergência Cursos em Áreas Específicas a produção é constante, mas com maior incidência no período da Assembleia Nacional Constituinte e com peculiaridades nessa década. O modo de adentrar a análise dos cursos varia ao longo das décadas, partindo do legal, enfatizando o específico e retornando ao geral, mas sob a ótica da especificidade. Na convergência Concepção de Pós-Graduação e Mudança a produção é constante; nela estão incluídas questões como qualificação, expansão, função de preparação de quadros. Nos anos da Constituinte e logo após a nova Carta, a discussão passa da formação profissional para a formação do pesquisador e condições de produção. Dos cursos de mestrado passa para concepções, problemas e propostas de doutorado. Em meados da década de 90 reincide a preocupação com a formação do professor. Na convergência Conhecimento Produzido e Processos, a produção incide inicialmente na independência tecnológica, passando para mudanças científico-tecnológicas, questões teórico-metodológicas e fragmentação do conhecimento. Nos últimos anos predomina o interesse em processos democráticos de produção, orientação compartilhada de dissertações e destino do conhecimento produzido. Na convergência Trajetória Sociopolítico-Legal, as produções nos anos iniciais denotam o clima de reformas e autoritarismo da época no processo de formulação de políticas e no estabelecimento do sistema de pós-graduação. A seguir, são discutidas a institucionalização, as políticas e análises de trajetória. A produção dos anos 90 focaliza a consolidação da pós-graduação e o seu papel na consolidação da universidade.

As produções seguem o mesmo movimento transformativo em que, na prática, a pós-graduação brasileira se inseria. Nos idos dos anos 70, a questão das funções da pós-graduação era premente, assim como o era a crescente ênfase na politização em face do regime então vigente. A PG dos anos 80 vive a multiplicação dos cursos. Sob o ponto de vista temático, houve uma nítida transição de áreas de conhecimento na década de 70 para uma visão interdisciplinar.

Quanto à Subcategoria Relações Pedagógicas

Esta subcategoria apresenta alta incidência de produções em Experiências Pedagógicas Específicas e Mudanças no Ensino, que apontam para um novo olhar sobre a educação superior. Este olhar presente no que está sendo experienciado se traduz numa tentativa de repensar o papel da educação, as relações que se estabelecem nos mais diversos níveis das instituições de ensino, dando vital importância para o elo entre teoria e prática. É a dinamização do processo de ensino-aprendizagem na busca de melhor qualidade no ensino. Outra convergência temática significativa foi O Professor e o Processo Ensino-Aprendizagem, sob a perspectiva de que as mudanças no ensino perpassam a relação professor-aluno. Estes aspectos apontam para uma nova postura e uma reflexão sobre o papel do professor em face das etapas do processo de construção do conhecimento, do qual o aluno passa a participar ativamente.

Em menor incidência nesta subcategoria temática há questões referentes à relação entre educação e sociedade, deixando claro as influências que exercem uma sobre a outra, o que denota um olhar sistêmico sobre a educação e sua função na sociedade. Este novo olhar se faz notar também na convergência Articulação entre Níveis e entre Saberes, que aponta para as necessidades dos diversos graus de ensino e da sociedade em que está inserida.

Quanto à Subcategoria Currículo

Pode-se dizer que este é um tema constante ao longo dos anos. A maior incidência de produção, com mais de 60%, se refere a relatos de práticas curriculares não só vinculadas às licenciaturas, mas, também, a cursos profissionais, como os da área biomédica. A maior parte dessa produção está publicada na revista *Ciência e Cultura*, da SBPC.

Merecem destaque os diferentes trabalhos que envolvem a questão das licenciaturas. Por outro lado, é importante ressaltar o silêncio que a produção na subcategoria *Currículo* mantém em reação às grandes questões teóricas presentes na área e a incipiente discussão epistemológica. É explicável porque a tendência de desenvolver teoricamente a área advém muito mais daqueles que trabalham nas disciplinas não específicas mas de formação pedagógica, com maior incidência da produção sobre problemas práticos e desafios que os cursos enfrentam para o desenvolvimento. Talvez se o foco do levantamento fossem as revistas de áreas específicas mais publicações haveria, mas não foram elas as visadas neste trabalho.

Quanto à Subcategoria Licenciatura

Esta subcategoria privilegia, em primeiro lugar, a convergência Cursos em Áreas Específicas, seguida de Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras, Curso de Pedagogia e Formação do Professor, Mudança na Licenciatura e Contexto e Concepções sobre Formação do Professor.

Em Concepções sobre Formação do Professor, os trabalhos, de algum modo, reconhecem a crise e a necessidade de redefinição dos cursos de formação de educadores. Paulatinamente, ao longo do interregno estudado, eles procuram ultrapassar as soluções pedagógicas e levar em conta os seus aspectos políticos, sociais e econômicos, encarando o campo de atuação do professor

como agente histórico. Apresentam estruturas organizativas de formação e noções que lhes dão suporte.

A convergência Mudanças na Licenciatura e Contexto, abarcando o debate sobre a formação do professor e a formulação de proposta fruto de ações conjuntas, tenta aproximar discurso e realidade e promover a articulação entre disciplinas. A legislação é analisada, assim como a universidade e o ensino de 1º e 2º graus. A mudança estaria ancorada na reflexão teórica, inclusive sobre o contexto.

Curso de Pedagogia e Formação do Professor, outra convergência temática da Licenciatura, está na pauta das discussões e na agenda de mudanças das produções estudadas durante todo o período do estudo. Passa por diferentes discussões, desde as que omitem o vínculo da educação com as condições políticas até aquelas que explicitam esse vínculo.

No momento da democracia política dos anos 90, a integração passa a ser um foco, sem esquecer questões relevantes como interdisciplinaridade, qualidade de ensino, modernidade, epistemologia, busca de referenciais e a articulação entre estas e a prática.

A convergência Cursos em Áreas Específicas e Formação do Professor é marcada pela discussão nas áreas específicas nas quais as licenciaturas são oferecidas, especialmente pelos resgates históricos da formação de professores, numa consonância entre o aumento da discussão política e o olhar avaliativo e redefinidor sobre licenciaturas. É destacável a idéia de que o licenciado deve dominar o conhecimento já sistematizado e o seu processo de sistematização (estruturas básicas). Predominam produções na área de Ciências, seguidas das referentes a História, Educação Física, Educação Artística e Psicologia.

A convergência Disciplinas de Formação Pedagógica: Didática, Prática de Ensino e Outras focaliza especialmente Didática e Prática de Ensino, com baixa incidência de produção em outras disciplinas. A Didática enquanto disciplina-síntese da formação pedagógica é a que mais suscitou o interesse, pois caberia a ela provocar a reflexão sobre conceitos. A Prática de Ensino seria o espaço de articulação de competências. Alguns pontos são reveladores das tensões que se fizeram presentes:

- a) ineficiência de cursos licenciatura, desvinculados da realidade cotidiana;
- b) precedência do critério epistemológico sobre o didático na formação do professor;
- c) licenciatura curta *versus* licenciatura plena em Ciências e horizonte profissional limitado dos professores de ciência;
- d) formação do especialista em detrimento da do educador;
- e) compartimentalização excessiva e fragmentação na formação;
- f) desordem para manutenção da ordem, posicionamentos acríticos e necessidade de estimular a capacidade cognitiva e o desenvolvimento do espírito crítico.

TEMÁTICAS HISTORICAMENTE DATADAS: TEMAS-EIXO RECORRENTES E TEMAS PREVALENTES

Alguns temas-eixo são representativos da unidade que existe dentro da diversidade na universidade. Tais temas se fazem presentes ao longo dos anos, com conotações reveladoras de diferentes interesses e preocupações que perpassam a universidade e a sociedade. São de tendência recorrente: o resgate da trajetória histórica, a relação educação e contexto, a articulação de conhecimentos, a busca epistemológica, o espaço da Faculdade/Centro de Educação, o Curso de Pedagogia, o papel de cursos e da própria universidade.

Não se pode omitir algumas temáticas que têm prevalência num dado momento histórico, atendendo demandas, pressões, aspirações ou movimentos específicos. Entre os exemplos, menciona-se, nos desdobramentos da Reforma Universitária de 1968, a discussão sobre expansão e democratização do ensino superior e experiências com ensino não-diretivo e ensino programado.

Assim também são as temáticas implantação do ciclo básico, o Projeto Rondon e os cursos de curta duração. Mais recentemente têm-se convergências como os regimes de matrícula, o fenômeno da dupla graduação, a problemática dos cursos noturnos, o perfil dos alunos, a expansão dos cursos, as intenções do MEC e a questão da democratização.

LACUNAS

Situar o debate sobre as várias subcategorias e convergências presentes na categoria temática *Ensino* permitiu identificar lacunas e pontos a descoberto decorrentes da insipiência de tratamento. As lacunas identificadas adquiririam sentido maior se trabalhadas de forma mais abrangente, incentivando pesquisas e seminários temáticos que tratem de problemas específicos da realidade de diferentes cursos de graduação e de pós-graduação, levando em conta a especificidade das várias regiões do País e do próprio histórico das profissões e áreas de atuação dos egressos. Para tal, sugere-se uma ampliação da abrangência do Banco de Dados, tomando-se as subcategorias *Graduação*, *Pós-Graduação*, *Licenciatura e Currículo* e ampliando o levantamento com revistas de algumas áreas profissionais e universidades específicas, bem como com grupos/centros de pesquisa que têm contribuído de modo especial para o avanço de uma ou mais áreas de conhecimento.

A prática profissional tem sinalizado que as seguintes lacunas são pertinentes e relevantes, mas não receberam a devida atenção nas produções acadêmicas constantes do *Universitas/BR*:

- a) estudos de gênero nas pesquisas sobre o ensino;
- b) poucos estudos em áreas como Ciências Sociais, Letras (Língua Portuguesa e Língua Estrangeira) e Serviço Social;
- c) bom montante de produção em Didática, seguida de Psicologia e Educação Artística, mas escassa em Estrutura e Funcionamento do Ensino. Reduzidíssima a produção em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, possivelmente ampla em periódicos específicos;
- d) silêncio na subcategoria Currículo em relação às grandes questões teóricas presentes na área e a incipiente discussão epistemológica. É explicável porque a tendência de desenvolver teoricamente a área advém muito mais daqueles que trabalham nas disciplinas não-específicas;
- e) poucos trabalhos sobre processos compartilhados por alunos e professores, mas cuja cena é marcada pelas inserções socioeconômicas, políticas e culturais desses mesmos autores. Parece estar na berlinda a própria natureza das relações de aprendizagem;
- f) a questão relativa aos valores humanos e à ética é tratada de modo incipiente;
- g) a Pedagogia Universitária, que trata da formação pedagógica do professor de ensino superior, necessitaria de aprofundamento.

PARA FINALIZAR...

É paradoxal que seja pouco freqüente uma discussão mais abrangente sobre os objetivos dos cursos de graduação, as reformas curriculares, as necessidades de reformulação e de avaliações, tendo presente o objetivo de formação profissional.

É também paradoxal que a avaliação de cursos de graduação, excluídas as verificações mais formais para autorização, não tenha merecido a mesma atenção e regularidade que a avaliação dos cursos de pós-graduação, tendo presente as demandas que incidem sobre os cursos e suas habilitações.

Assim como os paradoxos acima mencionados, muitos outros podem ser identificados no decorrer das análises até aqui efetuadas. Muitas áreas estão a descoberto e merecem uma atenção especial; muitas temáticas são recorrentes e parecem ter avançado ao longo de seu percurso, como é o caso da avaliação. Mas muitas outras, mesmo que sejam recorrentes e possam suscitar contínuos debates, parecem ter estagnadas as questões nelas colocadas e recolocadas, não contribuindo para que a situação ache o seu norte. Onde está o nó górdio do curso de Pedagogia, tão discutido ao longo dos anos e tão afetado pelo sabor das ondas que os encaminhamentos políticos até hoje estão provocando? Onde está o nó górdio dos demais cursos de licenciatura, que não chegam a uma formação que teça efetivamente as pontes entre o epistemológico e o didático?

Certamente o Banco de Dados *Universitas/BR* fez uso predominantemente de revistas da área educacional, seja da educação em geral ou superior, o que privilegia algumas categorias temáticas como *Ensino* e subcategorias como Graduação (especialmente Pedagogia) e Licenciatura, o que poderia alterar em parte os resultados.

Mas numa perspectiva mais abrangente, é possível afirmar que toda temática, de algum modo, envolve a relação entre universidade e outras instâncias e segmentos sociais, inclusive com os demais graus de ensino. É possível também afirmar que o pensamento acadêmico sobre ensino superior, veiculado em periódicos brasileiros, é datado, recorrente, institucionalmente vinculado, não é circunscrito a autores acadêmicos da área, é marcadamente dominado por autores brasileiros e uns poucos latino-americanos, é referendado em temáticas internacionais e apresenta temáticas específicas da realidade regional. É algumas vezes datado pela vinculação ao tempo e ao espaço; é recorrente pelas temáticas que se mantêm ao longo dos anos; é institucionalmente vinculado por proceder de organismos da sociedade civil, de instituições governamentais e de universidades; é aberto à presença de autores acadêmicos das mais diversas áreas, o que decorre da especificidade que caracteriza a área de educação.

Mas se, por um lado, as produções sinalizam para temáticas inovadoras e pertinentes, como a dos processos de socialização na comunidade acadêmica, por outro, são quase omissas na vinculação entre ensino e pesquisa. Esta vinculação está no cerne da formação de novas gerações de profissionais, de professores e de pesquisadores, gerações essas que já estão projetando a universidade e a sociedade do futuro. Lamentável é que a *Ética* enquanto tema não esteja vigorosamente presente...

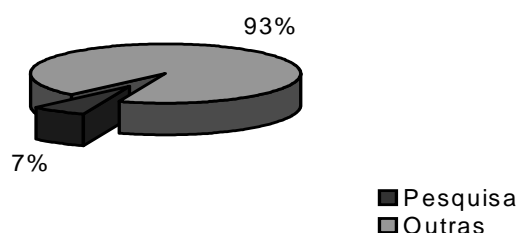
A FUNÇÃO PESQUISA

O estudo desenvolvido a seguir aborda o estado do conhecimento da produção científica sobre a temática pesquisa universitária, tal como ela se fez presente em periódicos nacionais no período de 1968 a 1995. Esta análise está sendo possível porque toma por base pesquisa que está sendo realizada por diversos grupos de investigadores em todo o País. A partir desse trabalho, que se vale de um conjunto de 15 categorias temáticas, uma das quais é a Pesquisa, foi organizado um banco de dados – o *Universitas/BR* –, em CD-ROM, compreendendo toda a produção documental obtida, que se constitui a matéria-prima fundamental para esta análise.

É importante assinalar, de início, conforme mostra o Gráfico 19, que a categoria temática Pesquisa representa uma pequena parcela do total de documentos publicados no período – 7% em relação a todas as categorias que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*; ela integra, no entanto, o conjunto das sete maiores categorias quanto ao volume de documentos que abrange.

Esse conjunto é composto, em ordem decrescente da participação no Banco de Dados, pelas categorias Ensino, Políticas Públicas da Educação Superior, Universidade e Sociedade, Avaliação do Ensino Superior, História das Instituições de Educação Superior, Pesquisa e, por fim, Organização Acadêmica e Gestão.

Gráfico 19 – Distribuição de documentos sobre a função Pesquisa na produção científica sobre a Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A análise aqui realizada busca focalizar as variações de intensidade da presença da temática Pesquisa nos periódicos, sinalizando as características dos trabalhos publicados. A seguir é apresentada uma análise dos grandes eixos temáticos que compõem a abordagem desse tema, buscando situar as questões historicamente datadas, as que se fazem presentes no decorrer do período abarcado pelo estudo, as questões silenciadas e as que estão apenas levemente esboçadas ou que emergem em algum ponto do período analisado. É importante registrar que aqueles aspectos mais diretamente relacionados com o tratamento das questões da política de pesquisa não são aqui abordados. Dadas as características de organização do Banco de Dados e das categorias através das quais se está procedendo ao presente estudo do Estado da Arte, elas são discutidas no Capítulo 3, destinado à análise das políticas públicas para a educação superior.

Metodologia

Conforme já foi referido, a avaliação do Estado do Conhecimento da produção sobre a temática pesquisa está utilizando a base metodológica quantitativa e qualitativa do Banco de Dados *Universitas/BR*, que reúne 4.546 documentos sobre educação superior, publicados em 26 periódicos nacionais no período de 1968 a 1995. Nesse banco, a categoria temática Pesquisa abrange um total de 307 documentos.

O estudo é feito utilizando-se uma periodização que buscou destacar algumas das grandes tônicas que marcaram a educação superior no Brasil no período citado. A etapa inicial, 1968-1978, é caracterizada principalmente pela aprovação e processo de implantação da Reforma Universitária de 1968, a qual, através da Lei nº 5.540/68, deu início à implantação de um modelo de universidade definido centralmente; é também caracterizada pela implementação de políticas públicas nas áreas da ciência e da tecnologia, que resultaram, entre outros aspectos, no início do processo de institucionalização da pós-graduação e da pesquisa no País, processo esse que produziu uma acentuação do movimento editorial brasileiro, a partir do qual uma grande diversidade de periódicos científicos passou a ser publicada.

O período seguinte, 1979-1984, é marcado principalmente pela rearticulação da sociedade civil brasileira nas suas mais diversas esferas, no contexto do regime autoritário. Esse processo é parte do quadro em que emerge uma nova noção de cidadania, intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais e que expressa o novo estatuto teórico e político assumido pela questão da democracia em todo o mundo (Dagnino, 1994). No caso brasileiro, ao mesmo tempo que se acentuava o processo de abertura política, caracterizando um período que foi conceituado como da *invenção democrática* (Telles, 1994), diversas instâncias da sociedade civil vão organizar-se, destacando-se, dentre elas, o movimento docente no ensino superior. Nesse período, o movimento editorial científico também se torna mais dinâmico, em consequência da presença de uma massa crítica já instalada nos programas de pós-graduação, exercendo agora uma atividade de pesquisa mais institucional e consolidada.

O intervalo entre 1985 e 1995, finalmente, é caracterizado pelo início do processo de elaboração/proposição de uma nova reforma universitária, com base em um modelo concebido em meados da década de 80, cuja versão paradigmática foi expressa pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres). A recorrência na apresentação de propostas de política no período, visando a essa reforma, é produto, entre outros aspectos, da permanência, no governo, de dirigentes e quadros técnicos, pelo menos no que se refere ao Ministério da Educação. Esse novo modelo de reforma universitária vai ser construído a partir da aprovação da LDB, em 1996, por meio de uma legislação parcial, atropelada e fragmentada, não baseada numa lei geral e em que os níveis mais baixos da legislação avançam sobre os mais altos (Cunha, 1997).

A Pesquisa na Produção Científica sobre Educação Superior

O Estado do Conhecimento da produção sobre a categoria temática Pesquisa que aqui é traçado compreende dois tipos de tratamento, distintos porém interligados. Num primeiro momento, é abordada a trajetória dessa categoria no conjunto dos periódicos que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*, contemplando a intensidade de sua publicação, as subcategorias analíticas mais freqüentes e as características que marcam a presença, neles, da temática. Num segundo momento, é feita uma avaliação da abordagem dada aos temas, buscando situar aquelas questões que podem ser consideradas como próprias de um período e que foram, depois, abandonadas ao longo da trajetória – tornando-se historicamente datadas –, as questões que marcam toda a trajetória por meio da configuração de eixos centrais da produção científica, os temas emergentes e os silêncios que caracterizaram essa produção até o momento.

A INTENSIDADE

Uma primeira observação que é possível fazer a partir dos dados que compõem o Banco, conforme mostra a Tabela 42, é a da instauração de um processo progressivo de produção de reflexões sobre a temática da pesquisa, cuja constância, uma vez configurada, sofre apenas uma queda ocasional no ano de 1992. No período 1968-1978 ela não é nem mesmo regular, apresentando uma fraca intensidade de documentos, sendo que em três dos seus 11 anos não foi publicado qualquer tipo de documento.

No ano de 1971, registra-se uma intensificação ocasional da publicação, podendo-se afirmar, no entanto, que o seu significado foi restrito, sem configurar a instalação de uma tendência. O início de um processo regular e produtivo da abordagem da temática através dos periódicos se dá ao final desse período, em 1977, vindo a se consolidar nos anos seguintes. Em comparação com o período de 28 anos analisados, verifica-se que, entre 1968 e 1978, foram publicados apenas 9% da documentação sobre a pesquisa que se encontra no Banco de Dados.

No segundo período – 1979-1984 –, a presença da temática torna-se um evento regular, publicando-se nesses cinco anos mais que o dobro dos documentos publicados nos 11 anos anteriores, o que corresponde a 28% do total do período; além da regularidade, há também, então, intensificação da produção sobre o tema.

No período 1985-1995, à exceção de 1992, em que foram registrados apenas sete documentos, os demais anos apresentam uma incidência bastante elevada de registros, destacando-se, particularmente, o ano de 1994, sem configurar aparentemente, contudo, uma tendência de estabelecimento de um novo patamar de trabalhos publicados. Deve ser observado que os anos de 1990 e 1992, com dez e sete documentos, respectivamente, caracterizam a ocorrência de refluxos momentâneos na tendência iniciada em 1980, a qual é retomada de maneira explícita a partir de 1993. É digno de nota o fato de que será nesses 11 anos finais que vão se dar mais de 60% do total da publicação de documentos em todo o período analisado.

Tabela 42 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, por período – 1968-1995

Períodos	Anos	Documentos	Total	%
1968-1978	68	2	28	9
	69	0		
	70	1		
	71	9		
	72	3		
	73	1		
	74	1		
	75	0		
	76	0		
	77	6		
	78	5		
1979-1984	79	9	87	28
	80	14		
	81	9		
	82	19		
	83	14		
	84	22		
1985-1995	85	11	192	63
	86	18		
	87	25		
	88	21		
	89	16		
	90	10		
	91	13		
	92	7		
	93	18		
	94	31		
	95	22		
Total			307	100

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

AS ABORDAGENS

Pode-se observar, conforme mostra a Tabela 43, que a abordagem dos documentos aqui registrados divide-se, de maneira equilibrada, entre as questões relacionadas com as subcategorias Concepção de Pesquisa e Organização Institucional para a Pesquisa, com 27% e 26%, respectivamente, do total dos documentos, sendo que a abordagem das questões voltadas para a subcategoria Pesquisa e Pós-Graduação teve um grau de interesse próximo das duas anteriores: 20%. Comparando a variação ano a ano, é possível observar que a primeira dessas abordagens se fez mais intensa entre 1982 e 1987, enquanto a segunda apresenta comportamento semelhante no intervalo entre 1982 e 1989, sendo que a produção foi reduzida entre 1985 e 1987. Já a abordagem da relação Pesquisa e Pós-Graduação teve uma intensidade menor.

Por sua vez, os problemas envolvidos na construção e consolidação de Grupos de Pesquisa receberam um grau de interesse mediano (15%), com uma intensidade de publicação baixa e irregular, elevando-se apenas nos dois últimos anos do período analisado. Finalmente, as questões relacionadas com a interação entre Pesquisa e Graduação evidenciaram um grau de interesse muito baixo, próximo daqueles documentos que foram categorizados como Outros: 7% e 5% respectivamente. A frequência acumulada dos documentos publicados ano a ano mostra a intensificação da publicação no período 1985-1995.

A tendência encontrada nos documentos publicados indica, por um lado, a predominância de uma preocupação mais acentuada com indagações relacionadas aos objetivos da pesquisa, suas formas de abordagem, seu papel na sociedade. Indica, também, interesse significativo pelas questões relacionadas às condições que permitem a construção de uma estrutura institucional para a produção da pesquisa.

Considerando que os programas de pós-graduação configuraram-se, na sociedade brasileira, como o *locus* de formação de pesquisadores⁴ e como os mais importantes centros de produção de conhecimento, não parece estranho o interesse manifestado pela temática e a sua permanência, buscando captar suas características, problemas e perspectivas. Não deixa de ser relevante destacar, também, o reduzido interesse despertado pelas questões relacionadas com a interação entre pesquisa e graduação. Ponto central da incipiente produção do conhecimento e da formação de pesquisadores até a década de 70, o ensino de graduação é posto em segundo plano com a implantação da pós-graduação. Isso ocorre tanto em consequência da política de ciência e tecnologia implementada como em decorrência do desinteresse dos pesquisadores, que passaram a identificar nela apenas o lugar do exercício do ensino (Peixoto, 1994).

OS PERIÓDICOS

Entre os 27 periódicos analisados, a temática faz-se presente em 19 deles (Tabela 44), sendo que em apenas um os documentos em torno da problemática da pesquisa são publicados de forma regular por todo o período. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência edita *Ciência e Cultura*, que registra um total de 119 documentos publicados ao longo dos 28 anos aqui analisados. Essa publicação é seguida, entre os de maior frequência, pelo *Informe/Jornal Ciência Hoje*, também editado pela SBPC, que publicou 41 documentos no período, bem como pelo *Boletim ANPEd*, periódico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), responsável pela publicação de um conjunto de 38 documentos.

Os periódicos *Em Aberto* e *Educação Brasileira*, o primeiro editado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) e o segundo pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) – organismo este constituído no bojo das discussões em torno da Reforma Universitária de 1968 –, vêm a seguir, entre os de maior intensidade de publicação, com 27 e 25 documentos cada um. O *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), por sua vez, publicou 16 documentos.

Nos demais periódicos, o volume publicado é menos significativo, destacando-se apenas *Fórum Educacional*, editado pelo extinto Programa de Pós-Graduação em Educação do IESAE, da Fundação Getúlio Vargas,⁵ que ultrapassou o índice de dez documentos publicados. Tendo sua publicação descontinuada em 1990, quando o programa de pós-graduação foi desativado pela Fundação Getúlio Vargas, é de se supor que, caso esse periódico continuasse a ser ainda editado, certamente apresentaria índices superiores a esses, equiparando-se, pelo menos, àqueles que estão na faixa mediana.

⁴ Sobre o processo de formação de pesquisadores na pós-graduação, ver Peixoto (1994 e 1995).

⁵ Uma análise desse periódico encontra-se em Peixoto (1998).

Tabela 43 – Distribuição de documentos sobre a categoria Pesquisa, em periódicos nacionais, por subcategoria e ano de publicação – 1968-1995

Subcategorias	Anos																												Total	%	
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95			
Concep.de Pesquisa	1			6		1					2	2	3	3	2	6	4	8		10	8	1	2	2	3	2	6	8	2	82	27
Pesquisa e Graduação													1					1			3	2	2	1	4		5	2	1	22	7
Pesq. Pós-Graduação					1					2	2	3	5	2	3	2	4	4	4	6	4	1	1	1	1	2	7	5	60	20	
Grupos de Pesquisa			1						1				4	1	1	2	2	3		3		4	2		2	3	9	8	46	15	
Org. Inst. p/Pesquisa	1			3	1		1		1	1	2	1	3	8	6	7	4	4	3	13	7	3	4				2	6	81	26	
Outros					1								1	1	1					2	1		1	1	2	2	3		16	5	
Total	2		1	9	3	1	1			6	5	9	14	9	19	14	22	11	18	25	21	16	10	13	7	18	31	22	307	100	
Freq. Acumulada	2	2	3	12	15	16	17	17	17	23	28	37	51	60	79	93	115	126	144	169	190	206	216	229	236	254	285	307	307		

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 44 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo periódico e ano – 1968-1995

Periódicos	Anos																												Total
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	
<i>Boletim ANPEd</i>												1	0	1	4	0	0	3	1	9	2	1	1	2	2	1	7	3	38
<i>Bol. Inf. e Bibliog.</i>									0	0	0	0	5	1	2	2	2	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	16
<i>Ciências Sociais</i>																													
<i>Cadernos Cedes</i>													0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
<i>Cadernos Nupes</i>																					0	1	0	0	0	0	0	0	1
<i>Ciência e Cultura</i>	2	0	1	9	1	1	1	0	0	3	3	2	4	5	8	6	9	7	4	7	11	9	2	5	0	6	5	8	119
<i>Ciên. Sociais Hoje</i>															0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Educ. & Sociedade</i>										0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
<i>Educ. Brasileira</i>										2	1	1	1	0	0	2	0	0	1	3	2	2	1	1	2	3	3	25	
<i>Educ. e Seleção</i>												0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Em Aberto</i>													0	3	2	7	0	8	2	4	1	0	0	0	0	0	0	0	27
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>									0	2	1	0	0															3	
<i>Estudos e Debates</i>										0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Fórum Educacional</i>									3	0	2	1	0	0	2	1	0	2	0	0	1	0						12	
<i>InfoCapes</i>																										2	1	0	3
<i>Inf./Jornal Ciência Hoje*</i>																		0	1	3	1	0*	3	4	2	6	13	8	41
<i>R. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	6
<i>R. Bras. Adm. Pública</i>	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
<i>R. Fac. Educação</i>								0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Educ. e Realidade</i>										1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total	2	0	1	9	3	1	1	0	0	6	5	9	14	9	19	14	22	11	18	25	21	16	10	13	7	18	31	22	307

*A partir de 1989 passa a denominar-se Jornal Ciência Hoje.

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Ainda no que se refere aos dados constantes dessa tabela, chama a atenção, no conjunto dos cinco periódicos de maior volume publicado, o fato de que, à exceção de *Em Aberto*, periódico cuja característica principal é de editar números temáticos, o tema da pesquisa se fez presente com bastante regularidade a partir da segunda metade da década de 70, momento em que se intensifica a edição de periódicos científicos no País. *Ciência e Cultura*, editada desde 1949 logo após ser criada a SBPC, em 1948, apenas em quatro anos de todo o período não publica qualquer documento sobre o tema.

O papel de *Ciência e Cultura* para o desenvolvimento das ciências humanas em geral deve ser aqui ressaltado, considerando que essa revista foi o principal veículo das publicações dessa área na primeira metade da década de 70. Esse fato decorre, em parte, do papel assumido pelas reuniões anuais da SBPC nessa década, além de se converter no principal fórum de debates da sociedade civil brasileira,⁶ dando sustentação para seu processo de rearticulação que ocorre na segunda metade da década. Esse é também o momento em que as ciências sociais fazem sua entrada nessa Sociedade. Segundo Fernandes (1990, p. 210), “este processo resultou na consolidação da posição institucional das ciências sociais, contatos estreitos entre as ciências naturais e sociais, e uma maior afirmação pública da SBPC e da sociedade civil sob um regime autoritário”. No que concerne à publicação dos temas das ciências humanas no periódico, esse caráter de veículo predominante se manterá até o final da década de 70, quando tem início a edição dos periódicos das instituições de pesquisa e pós-graduação da área.

Quanto aos demais periódicos: o *Boletim ANPEd* começou a ser editado em 1979 e apenas em três anos não publicou documentos sobre a temática da pesquisa, enquanto o *Jornal Ciência Hoje*, que começou a ser publicado em 1985 sob a denominação de *Informe Ciência Hoje*, apenas em um ano não publicou documentos sobre o tema aqui analisado; já *Educação Brasileira*, que começou a ser editado em 1978, vem mantendo um ritmo regular de publicação sobre o tema, à exceção de quatro anos.

Em Aberto, que iniciou suas edições em 1981, revela-se como o de menor regularidade na publicação, principalmente devido à sua característica de produção de números temáticos. Desse modo, textos sobre a pesquisa aparecem ali apenas em sete anos entre 1981 e 1995, e mesmo assim concentrados no período entre 1982 e 1989. Órgão de divulgação técnica do MEC, esse periódico tem se voltado para a produção de números temáticos que enfatizam prioritariamente a problemática do ensino. Há uma ênfase mais acentuada em alguns números publicados nos anos de 1984 e 1986, o que coincide com o momento em que a discussão de novos parâmetros de qualidade para a educação superior brasileira começavam a ser propostos através do relatório da Comissão de Reforma do Ensino Superior e no relatório do Grupo Executivo da Reforma Universitária (Geres).

Ainda no que diz respeito à presença/ausência da temática Pesquisa nos periódicos que compõem o Banco de Dados *Universitas/BR*, a Tabela 45 apresenta dados que permitem observar como essa publicação foi distribuída, conforme seja um periódico cuja área de concentração se caracterize como de educação superior, de educação em geral, ou de temática geral.

No que concerne aos periódicos voltados para a temática da educação superior, pode-se observar que, no período analisado, a temática Pesquisa foi publicada de modo expressivo somente em *Educação Brasileira*. O volume de documentos (25) que aí se encontram volta-se principalmente para a discussão/exposição das questões em torno da *Concepção de Pesquisa* (11 documentos), uma das subcategorias analíticas do Banco de Dados na qual se concentra o interesse pela abordagem dos fins da pesquisa, da sua qualidade, além das discussões de ordem metodológica.

Os periódicos que abordam temas gerais da educação evidenciam uma maior intensidade de publicação, com destaque para *Boletim ANPEd*, *Em Aberto* e *Fórum Educacional*. Quanto ao primeiro deles, e em consonância com sua característica de revista de uma associação de pesquisa e pós-graduação, verifica-se que os documentos ali publicados focalizam principalmente a relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*, num total de 27 documentos.

⁶ A esse respeito deve ser registrado que, em 1977, o governo tentou adiar e depois impedir a realização da reunião anual, em consequência das repercussões daquela realizada no ano anterior em Brasília. Prevista para realizar-se em Fortaleza, a reunião foi transferida para São Paulo, transformando um encontro científico numa “reunião do povo” (Fernandes, 1990, p. 219).

Em Aberto, por outro lado, aborda *Concepção de Pesquisa e Organização Institucional para a Pesquisa*, num total de 14 e 8 documentos, respectivamente. No primeiro caso, essa concentração se deveu ao fato de que, em 1984, foi editado um número sobre pesquisa participante, enquanto, no segundo caso, a produção esteve distribuída por diversos números. *Fórum Educacional*, por sua vez, apresenta incidência proporcional de publicação de documentos nos aspectos relativos a *Concepção de Pesquisa* e à relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*, num total de quatro documentos para cada um, definindo uma tendência condizente com sua característica de um periódico de programa de pós-graduação em educação.

Entre os periódicos cuja temática central não é restrita à área da educação destacam-se *Ciência e Cultura* e o *Jornal Ciência Hoje*. No primeiro caso, o foco de análise dos documentos publicados está distribuído de modo equilibrado, sendo que cerca de metade deles discute as questões relacionadas com a *Organização Institucional para a Pesquisa*, um quarto os temas relacionados à *Concepção de Pesquisa* e o outro quarto é composto pela agregação da abordagem de duas subcategorias: *Pesquisa e Graduação* e *Grupos de Pesquisa*. Já no caso do *Jornal Ciência Hoje*, o foco dos documentos publicados está mais voltado para as temáticas relacionadas a *Grupos de Pesquisa* e *Concepção de Pesquisa*, com 12 e 9 documentos, respectivamente. O *Boletim Informativo e Bibliográfico*, da Anpocs, por sua vez, publicou um total de 16 documentos, sendo a grande maioria deles composta por textos que buscam identificar os grupos de pesquisa existentes no País, discutindo problemas que configuram sua situação.

A Tabela 46 mostra a composição do Banco de Dados por tipo de produção, evidenciando a predominância de artigos, que representam quase a metade de toda a produção, enquanto os resumos compreendem a quarta parte dela, e as notícias representam um pouco menos de um quinto.

Os artigos focalizam de modo mais acentuado as questões associadas à *Concepção de Pesquisa*, correspondendo a cerca de um terço da produção, sendo seguida, em proporções equilibradas, do tratamento das relações entre *Pesquisa e Pós-Graduação* e da *Organização Institucional para a Pesquisa*, além das questões relacionadas aos *Grupos de Pesquisa*. Os resumos, por sua vez, compreendem trabalhos que abordam de modo predominante a *Organização Institucional para a Pesquisa* e, em proporções mais reduzidas, a *Concepção de Pesquisa* e as relações entre *Pesquisa e Graduação*, enquanto as notícias referem-se prioritariamente aos *Grupos de Pesquisa* e às questões relacionadas à *Organização Institucional para a Pesquisa*.

A distribuição do número de artigos publicados entre 1968 e 1995, que é objeto da análise a seguir, possui características similares às do conjunto de documentos. De um total de 136 artigos, 18 foram publicados no período 1968-1978, 42 no período 1979-1984 e 76 no período 1985-1995, correspondendo, respectivamente, a 13,2%, 30,9% e 55,9% do total.

Evidencia-se aqui a pequena frequência dos artigos publicados entre os anos de 1968 e 1978, verificando-se, além disso e diferentemente do que ocorreu com o conjunto de documentos, como mostrou a Tabela 42, que em mais da metade desses anos não foi publicado qualquer artigo. A regularidade dessa publicação é estabelecida no período 1979-1984 e acentua-se a partir de 1982. O terceiro período, 1985-1995, mantém tendência de publicação de artigos ano a ano, mas não revela um incremento substantivo da produção no seu decorrer ou, mesmo, a sua concentração em um momento específico, devendo ser registrado que, em alguns anos, como 1987, 1989 e 1993, houve uma ligeira elevação dessa produção, com 10, 9 e 8 artigos publicados, respectivamente. Quando se analisa a distribuição dos artigos nos periódicos, conforme a área de concentração dos mesmos (Tabela 47), verificam-se as mesmas tendências que estavam presentes na análise do conjunto dos documentos. *Ciência e Cultura* publicou 29 artigos, *Boletim ANPEd*, 22, *Educação Brasileira*, 22, e *Em Aberto*, 11 artigos, enquanto *Fórum Educacional* e *Boletim Informativo e Bibliográfico* publicaram 9 e 8 artigos, respectivamente. A exceção nesse conjunto, em face do quadro presente no total de documentos, é o *Jornal Ciência Hoje*, agora uma publicação pouco expressiva, tendo em vista sua característica marcadamente jornalística, que faz com que a quantidade de artigos publicados seja mais reduzida.

Tabela 45 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo periódico e tema – 1968-1995

Temáticas	Periódicos	Subcategorias						Total
		Concep. de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa	Organiz. Institucional p/a Pesquisa	Outros	
Educação Superior	<i>Cadernos Nupes</i>	0	0	0	1	0	0	1
	<i>Educação Brasileira</i>	11	3	5	2	2	2	25
	<i>Estudos e Debates</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>InfoCapes</i>	0	2	1	0	0	0	3
	Subtotal	12	5	6	3	2	2	30
Educação em Geral	<i>Boletim ANPEd</i>	4	2	27	3	0	2	38
	<i>Cadernos Cedes</i>	1	0	0	0	0	1	2
	<i>Educação e Realidade</i>	3	0	1	0	0	0	4
	<i>Educação e Seleção</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>Educação & Sociedade</i>	1	0	1	0	1	0	3
	<i>Em Aberto</i>	14	0	4	1	8	0	27
	<i>Fórum Educacional</i>	4	0	4	1	2	1	12
	<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>	0	1	2	2	1	0	6
	<i>Rev. da Fac. de Educação</i>	1	0	0	0	0	0	1
	Subtotal	29	3	39	7	12	4	94
Temática Geral	<i>Bol. Inf. e Bibliog. de Ciên. Soc.</i>	1	0	3	10	2	0	16
	<i>Ciência e Cultura</i>	30	14	4	12	57	2	119
	<i>Ciências Sociais Hoje</i>	0	0	0	0	1	0	1
	<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>	0	0	3	0	0	0	3
	<i>Informe Ciência Hoje</i>	0	0	0	2	1	1	4
	<i>Jornal Ciência Hoje</i>	9	1	3	12	6	6	37
	<i>Rev. de Administração Pública</i>	1	0	1	0	0	1	3
	Subtotal	40	15	15	36	67	10	183
Total		82	22	60	46	81	16	307

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 46 – Distribuição de documentos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo a subcategoria temática e o tipo de produção – 1968-1995

Tipos de Produção	Subcategorias						Total
	Concepção de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa	Organiz. Instit. p/a Pesquisa	Outros	
Artigo	48	6	37	14	23	8	136
Depoimento	2	1	1	0	1	0	5
Editorial	2	1	0	3	0	0	6
Nota	3	0	5	3	4	1	16
Notícia	6	2	7	20	11	5	51
Relatório	3	2	0	0	1	0	6
Resenha	5	0	1	1	1	0	8
Resumo	13	10	8	5	40	2	78
Série	0	0	1	0	0	0	1
Documental							
Total	82	22	60	46	81	16	307

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Quanto à abordagem presente nos artigos dos periódicos cuja área de concentração é a educação superior, *Educação Brasileira* publicou principalmente sobre *Concepção de Pesquisa*: 10 artigos, num total de 22. Nas publicações de educação em geral, *Boletim ANPEd* publicou 16 dos seus 22 artigos sobre a relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*, enquanto *Em Aberto* concentrou a maioria deles na abordagem da *Concepção de Pesquisa*: 7, de um total de 11. *Fórum Educacional*, por sua vez, publicou o mesmo número de artigos sobre *Concepção de Pesquisa* e sobre a relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação*. E, entre os periódicos de temática geral, *Ciência e Cultura* publicou a maior parte dos seus 29 artigos sobre a *Organização Institucional para a Pesquisa* e a abordagem *Concepção de Pesquisa* – 12 e 10, respectivamente –, enquanto o *Boletim Informativo e Bibliográfico* publicou o mesmo número de artigos em, praticamente, todas as subcategorias.

Concluindo a análise da abordagem da categoria temática Pesquisa feita nos periódicos, o Quadro 5 permite observar que os enfoques principais neles presentes assumem características distintas, conforme se esteja tratando com artigos ou com os documentos em geral. No conjunto de documentos que compõem essa categoria no Banco de Dados *Universitas/BR*, as subcategorias mais abordadas, isto é, aquelas que foram relacionadas como as que aparecem com o maior número de documentos, foram *Concepção de Pesquisa* e *Organização Institucional para a Pesquisa*, e as menos abordadas, *Pesquisa e Pós-Graduação* e *Grupos de Pesquisa*.

Quando se aborda somente os artigos, justamente o momento em que as questões da pesquisa são analisadas com maior profundidade, a situação é distinta, embora *Concepção de Pesquisa* permaneça como a subcategoria de maior freqüência. A abordagem das questões ligadas às relações entre *Pesquisa e Pós-Graduação* passa a ocupar agora o segundo lugar entre as subcategorias de maior incidência de publicações, enquanto a das relações entre *Pesquisa e Graduação* e a análise de *Grupos de Pesquisa* passam a figurar como os temas menos freqüentes.

Tabela 47 – Distribuição dos artigos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias abordadas, por periódico – 1968-1995

Temáticas	Periódicos	Subcategorias						Total
		Concep. de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa	Organiz. Institucional p/a Pesquisa	Outros	
Educação Superior	<i>Cadernos Nupes</i>	0	0	0	1	0	0	1
	<i>Educação Brasileira</i>	10	3	4	2	1	2	22
	<i>Estudos e Debates</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>InfoCapes</i>	0	2	1	0	0	0	3
	Subtotal	11	5	5	3	1	2	27
Educação em Geral	<i>Boletim ANPEd</i>	3	0	16	1	0	2	22
	<i>Cadernos Cedes</i>	1	0	0	0	0	1	2
	<i>Educação e Realidade</i>	3	0	1	0	0	0	4
	<i>Educação e Seleção</i>	1	0	0	0	0	0	1
	<i>Educação & Sociedade</i>	1	0	1	0	1	0	3
	<i>Em Aberto</i>	7	0	1	0	3	0	11
	<i>Fórum Educacional</i>	3	0	3	0	2	1	9
	<i>Rev. Bras. de Est. Pedag.</i>	0	0	2	2	1	0	5
	<i>Rev. da Fac. de Educação</i>	1	0	0	0	0	0	1
Subtotal	20	0	24	3	7	4	58	
Temática Geral	<i>Bol. Inf. e Bibliográfico</i>	2	0	2	2	2	0	8
	<i>Ciência e Cultura</i>	10	0	2	5	12	0	29
	<i>Ciências Sociais Hoje</i>	0	0	0	0	1	0	1
	<i>Enc. c/a Civ. Brasileira</i>	0	0	3	0	0	0	3
	<i>Informe Ciência Hoje</i>	0	0	0	0	0	1	1
	<i>Jornal Ciência Hoje</i>	4	1	0	1	0	0	6
	<i>Rev. de Adm. Pública</i>	1	0	1	0	0	1	3
	Subtotal	17	1	8	8	15	2	51
	Total	48	6	37	14	23	8	136

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Quadro 5 – Freqüência das subcategorias da Pesquisa, em periódicos nacionais, por tipo de documento – 1968-1995

Documentos em geral		Artigos	
Subcategorias		Subcategorias	
mais freqüentes	menos freqüentes	mais freqüentes	menos freqüentes
Concepção de Pesquisa	Pesquisa e Graduação	Concepção de Pesquisa	Pesquisa e Graduação
Organização Institucional para a Pesquisa	Grupos de Pesquisa	Pesquisa e Pós-Graduação	Grupos de Pesquisa

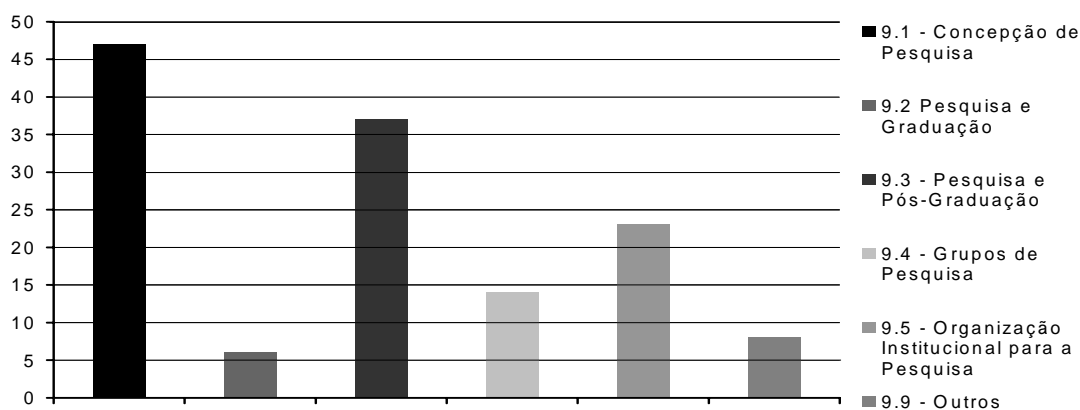
Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

A Produção Presente nos Artigos

Quando se busca analisar os temas que foram abordados nos artigos no decorrer do período 1968-1995, é possível verificar que, ao mesmo tempo que alguns deles caracterizam uma etapa, há questões que emergem apenas ao final do período analisado; em contraposição, há outras que apresentam maior incidência e permanência na abordagem. Há silêncios, temas da moda, temas que marcam apenas o início do período analisado, enquanto outros começam a ser delineados apenas ao seu final.

O Gráfico 20 mostra a freqüência de publicação dos artigos segundo as subcategorias da categoria temática Pesquisa no Banco de Dados *Universitas/BR*. Nessa visualização, é possível perceber as três principais áreas de abordagem da temática: *Concepção de Pesquisa*, relação entre *Pesquisa e Pós-Graduação* e *Organização Institucional para a Pesquisa*.

Gráfico 20 – Distribuição de artigos sobre Pesquisa, em periódicos nacionais, por subcategoria temática – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

AS ABORDAGENS ATRAVÉS DOS PERÍODOS

Analisando as características da produção dos artigos conforme a periodização aqui adotada, pode-se verificar que, no período 1968-1978, foram abordadas as questões envolvidas na

relação entre pesquisa e dependência econômica, além daquelas relacionadas às instituições de pesquisa, e na discussão de questões de ordem metodológica. É importante lembrar que, no que diz respeito à construção da política de ciência e tecnologia do País, esse é o período caracterizado, exatamente, pelo início da formulação dos planos nacionais de desenvolvimento e pelos planos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse contexto, a questão de uma produção autônoma da ciência era uma das questões em pauta, na perspectiva de definir parâmetros que viabilizassem o projeto de desenvolvimento econômico dos governos militares.

Entre 1979 e 1984, os aspectos envolvidos na relação entre pesquisa e dependência econômica também se fazem presentes, mas de forma bem mais tímida – há apenas um artigo publicado –, configurando-se a análise dessa relação, então, como uma problemática mais específica da conjuntura do período anterior. Nesse momento, a predominância da abordagem do tema se concentra principalmente sobre as questões de ordem metodológica e sobre aquelas relacionadas aos problemas envolvidos na realização da pesquisa e na sua organização institucional. É considerando que nesse período as condições institucionais de produção do conhecimento já se estabeleceram mais claramente, através da consolidação dos sistemas de pós-graduação e de ciência e tecnologia (Peixoto, 1994), que os modos de pesquisar e as garantias institucionais para sua realização se tornam parte integrante do debate no período.

Entre 1985 e 1995, não só aumenta o volume de artigos publicados como ocorre maior diversificação de temas abordados. A abordagem das questões metodológicas, temática em ascensão no período anterior, sofre agora um refluxo, embora ainda se faça presente. Percebe-se a intensificação do interesse pelas questões ligadas às condições institucionais da pesquisa, voltando-se as análises dos artigos para a discussão de temas como instituições de pesquisa, grupos de pesquisa e a problemática envolvida na pós-graduação. Sem dúvida, essa produção assume as características do País, que adquiriu maturidade na produção do conhecimento, refletindo a temática essa característica do seu desenvolvimento científico e tecnológico.

A relação entre produção do conhecimento e sua inserção no panorama nacional é analisada agora não do ponto de vista das suas implicações num contexto de dependência econômica, mas da perspectiva do desenvolvimento econômico, isto é, o enfoque das condições de produção de uma ciência autônoma é substituído por uma abordagem do papel da pesquisa na produção do desenvolvimento econômico. É interessante registrar que, a despeito de, na década de 90, as questões relacionadas à formulação de uma política de integração regional, principalmente através do Mercosul, já compusessem o espectro de problemas do processo de desenvolvimento econômico, nenhum registro seja encontrado referente a trabalhos correlacionados ao provável papel da pesquisa nesse quadro.

Referências à América Latina existem, mas aparecem geralmente no contexto das avaliações dos paradigmas presentes na produção científica. A característica recente da realização de ações voltadas para produzir a cooperação universitária no Mercosul, como apontam Neves e Morosini (1998), é elemento importante para uma parte do entendimento sobre a ausência de reflexão sistemática sobre a relação entre a pesquisa e esse processo de integração. Como tema que já poderia fazer parte do horizonte das reflexões dos pesquisadores, essa é, contudo, uma ausência que deve ser avaliada.

Intensifica-se, também nesse período, a preocupação com as questões relacionadas à associação entre a pesquisa e as demais funções da universidade: o ensino e a extensão. E surgem temas novos: a relação entre pesquisa e a melhoria da graduação, entre ela e as questões ligadas à apropriação e divulgação dos seus resultados e, finalmente, o da ética na pesquisa.

É importante chamar a atenção para a presença tardia das preocupações com as relações entre pesquisa e a melhoria da graduação. Num país em que a produção institucionalizada do conhecimento se fez através de uma política de ciência e tecnologia que passou ao largo da graduação (Peixoto, 1994) e em que a avaliação do desempenho docente nas universidades, principais centros de produção de pesquisa, valorizava sobremaneira a produção científica em detrimento da produção voltada para o ensino, não é de se estranhar que esse tema tivesse uma análise restrita.

No início da década de 90, as preocupações de formulação de políticas em torno do ensino de graduação são colocadas na ordem do dia, principalmente em consequência das reorientações que a nova configuração de um mercado de trabalho transnacionalizado traz para os profissionais que ela forma. A abordagem dessa questão assume duas perspectivas distintas: ou parte da consideração de que o ensino é o eixo que permite a construção da relação entre pesquisa e graduação ou, então, parte da avaliação da importância da graduação na trajetória institucional da pesquisa, lugar da formação do pesquisador no período anterior a 1970.

A emergência aparente da ética como um tema pertinente à pesquisa, por meio de um único artigo publicado em 1993, é significativa do momento de sua inserção. O artigo aborda um aspecto específico da ética, a do direito do sujeito pesquisado de conhecer os objetivos, procedimentos, benefícios e riscos que poderão decorrer do seu envolvimento na pesquisa biomédica. Sinaliza, contudo, para a extensão desse direito para qualquer tipo de pesquisa. No contexto globalizado do final do período analisado, em que a crise da ética em geral vem sendo apontada como um dos seus componentes importantes, não deixa de ser significativo registrar esse evento isolado (Romano, 1998).

TEMAS CONVERGENTES

Para fins analíticos, é possível, ainda, reagrupar as subcategorias que compõem o Banco de Dados e observar as convergências temáticas presentes. Durante todo o período analisado, as questões envolvidas no tratamento das relações entre pesquisa e pós-graduação, pesquisa e a produção do desenvolvimento econômico, os aspectos relacionados com as questões de ordem metodológica e com as condições institucionais para realizar essa atividade, bem como o sentido de se fazer pesquisa, são, certamente, os temas convergentes da abordagem presente nos artigos analisados. Registra-se a preocupação com a contraposição de paradigmas de pesquisa, como parte de uma inquietação epistemológica presente entre os pesquisadores; a busca de um contexto institucional favorável à produção de pesquisa, como parte de uma inquietação com as condições que a viabilizam; o interesse em explorar as condições que podem contribuir para que a pesquisa exerça sua função no processo de desenvolvimento científico e tecnológico.

No que concerne à abordagem da relação entre pesquisa e pós-graduação, ao mesmo tempo que são feitas tentativas de promover um balanço dessa relação, avaliando sua contribuição para a construção da capacitação para a pesquisa, busca-se situar seus principais problemas e discutir aspectos relacionados à problemática presente nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, bem como a formulação de uma agenda de pesquisa. Considerando que a implantação do sistema de pós-graduação hoje vigente teve início no final da década de 60 e começo da de 70, explica-se que a abordagem dessa relação se faça mais presente a partir do final da década de 80, quando o seu caráter orgânico já estava mais definido.

A análise das relações entre a pesquisa e a produção do desenvolvimento econômico assume contornos específicos. Num primeiro momento, como já foi dito, ela está concentrada na abordagem das implicações da realização de uma atividade de pesquisa autônoma num país dependente economicamente, caracterizando o contexto de instauração da capacidade de produção brasileira em ciência e tecnologia e identificando o motivo pelo qual sua presença se faz sentir principalmente na década de 70 e parte na de 80. No período 1979-1984, a abordagem se faz mais especificamente a partir das questões relacionadas à manutenção dessa capacidade num quadro político e econômico mais desfavorável, implicando o estabelecimento de prioridades para a realização da pesquisa básica. Já na década de 90, o tema vai assumir outra característica, identificando-se com um tratamento mais específico da produção de conhecimento voltada para a consecução de um projeto de desenvolvimento econômico. A avaliação da pesquisa assume um papel mais relevante, enfatizando-se a necessidade de que ela seja feita respeitando o vínculo necessário com a realidade e cuidando para garantir a disseminação do conhecimento produzido.

Quanto aos aspectos de ordem metodológica, discute-se o uso de instrumentos da pesquisa – a propriedade do uso da estatística, da linguagem computacional, entre outros – como características do período 1968-1978. As discussões de abordagens metodológicas, como a histórico-estrutural, a etnográfica e a pesquisa participante, irão marcar o período seguinte, momento em que se verifica uma maior concentração da publicação desses temas, ao mesmo tempo que ocorrem embates entre paradigmas metodológicos, através da abordagem do positivismo e da contraposição entre os tratamentos quantitativo e qualitativo dos problemas pesquisados.

No que diz respeito às condições institucionais da pesquisa, os aspectos abordados são diferenciados. Na própria discussão das relações entre pesquisa e pós-graduação, essa perspectiva de tratamento da temática se faz presente a partir da abordagem das condições que os programas de pós-graduação oferecem para a garantia de uma situação institucional favorável à pesquisa. Por outro lado, as relações entre instituições de pesquisa em geral e as possibilidades que elas oferecem para a organização dessa atividade, como, por exemplo, através da formação de pesquisadores, caracterizam de modo marcante esse tipo de análise. A existência dos grupos de pesquisa, suas condições e características também se fazem presentes aqui, como uma marca da produção científica principalmente do período 1985-1995, indicando a presença de uma reflexão que é produzida num momento em que esses grupos representavam já um conjunto significativo. É interessante ressaltar que, tal como no caso da relação entre pesquisa e desenvolvimento econômico, essa temática passa também por um processo evolutivo de tratamento, iniciando com uma ênfase na ausência dessas condições institucionais, numa abordagem característica do começo da década de 70, para passar, na década de 90, à discussão das implicações de sofisticados sistemas de comunicação entre pesquisadores e agências de fomento.

Por fim, o questionamento do sentido da pesquisa é abordado sob perspectivas diversificadas. Praticamente ausente das preocupações dos articulistas no período 1968-1978, esse enfoque é analisado no período 1979-1984 sob a perspectiva da relevância da pesquisa para a orientação de políticas públicas e da prática dos pesquisadores. Aborda, também, de modo mais extenso, um elenco de problemas presentes no contexto da produção do conhecimento, analisando-se questões como o financiamento, as alternativas metodológicas, a disseminação do conhecimento, a integração ensino-pesquisa, o descompromisso da política educacional com a pesquisa, etc. No período que se segue, 1985-1995, enquanto se registra, por um lado, a preocupação com a avaliação do impacto da pesquisa sobre o conhecimento, por outro, busca-se avaliar e distinguir tipos e qualidades de pesquisa, caracterizando-a entre a pesquisa competitiva, que gera inovações e novos conhecimentos, e a aplicada e rotineira, associada ao ensino e que participa do conjunto das atividades didáticas. Essa diferenciação é, de certo modo, parte integrante das características do processo de reforma universitária que está se construindo no pós-85, em que a consagração de uma diferenciação institucional no sistema de ensino superior, sob diversos aspectos, está sendo construída.

Conclusão

A análise aqui realizada permitiu evidenciar características peculiares da produção científica no Brasil sobre a temática da pesquisa no período 1968-1995. Adquirindo intensidade crescente no decorrer do período, focaliza de maneira acentuada as discussões em torno da pertinência e dos modos de fazer pesquisa. Ocupa-se, ao mesmo tempo e sobremaneira, com o processo de construção de uma comunidade institucionalizada de pesquisadores e a constituição, limites e empecilhos à organização institucional para a pesquisa, tendo em vista, entre outros aspectos, as relações entre pesquisa e pós-graduação.

Alguns temas são claramente datados nas abordagens presentes nos periódicos, sendo o principal deles a discussão das implicações da situação de dependência econômica para

a produção da pesquisa e de suas condições de institucionalização. Do mesmo modo, pode-se afirmar a característica de um tema historicamente situado no que se refere às recentes análises envolvendo a relação entre pesquisa e graduação.

A abordagem das questões envolvidas com a ética da pesquisa no final do período analisado constitui um importante sinal da possível instauração de uma preocupação sistemática com uma problemática extremamente atual. Num contexto em que o desenvolvimento econômico se faz de modo globalizado, com todas as implicações que isso possa vir a ter, é preocupante que não se encontrem documentos e artigos nos periódicos que reflitam sobre as suas relações com a pesquisa. São perspectivas que se delineiam para uma futura avaliação de Estado do Conhecimento no limiar de um novo século.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Historicamente, a extensão universitária tem se constituído a função responsável pelo intercâmbio entre os interesses de segmentos da sociedade civil e política e a produção de conhecimentos dentro da universidade. Essa produção de conhecimentos se caracteriza e se diferencia das oriundas das outras funções (ensino e pesquisa), tanto pela metodologia utilizada – sempre privilegiando a parceria ou a construção conjunta – como pela destinação do conhecimento produzido, já que o mesmo visa a uma intervenção imediata, modificando o próprio objeto que motivou a pesquisa.

A reflexão acerca da extensão traduz, portanto, a concepção de universidade presente em determinados momentos históricos e sua forma de inserção na sociedade – daí a importância de sua análise quando se propõe identificar e analisar a produção acadêmica sobre educação superior em periódicos nacionais.

Tendo como base empírica o Banco de Dados *Universitas/BR*, elaborado por pesquisadores pertencentes ao GT 11 – Educação Superior, da ANPEd, do qual as autoras fazem parte, este texto pretendeu realizar uma análise sobre a categoria temática Extensão Universitária, presente em 26 periódicos nacionais, através das subcategorias que a constituem: *Concepção de Extensão; Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino; Universidade e Empresa; Universidade e Organizações Trabalhistas; Universidade e Movimentos Sociais; e Outros.*

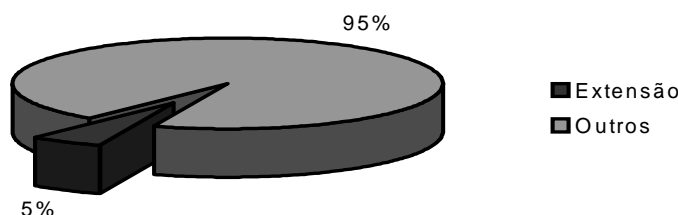
A análise aqui realizada buscou responder aos seguintes questionamentos:

- a) Qual a trajetória da temática Extensão Universitária no contexto da produção científica sobre educação superior? Qual a sua posição no conjunto das 15 categorias pesquisadas?
- b) Sob que formas discursivas a Extensão Universitária é abordada nos periódicos pesquisados?
- c) Que temas e problemas constituíram os eixos de preocupação dos atores que elaboraram textos sobre a Extensão Universitária?
- d) Quais as lacunas existentes sobre a temática Extensão Universitária? Para onde aponta o discurso elaborado sobre Extensão Universitária?

Trajectoria da Temática Extensão Universitária na Produção Científica sobre Educação Superior

A temática Extensão Universitária aparece em 8º lugar em número de produções científicas, com 250 publicações, numa relação de 15 categorias que compõem o universo atingido pelo Banco de Dados *Universitas/BR*, perfazendo um percentual de 5,5% do total de 4.546 documentos.

Gráfico 21 – Participação da categoria temática Extensão Universitária na produção científica sobre Educação Superior, em periódicos nacionais – 1968-1995



Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Dos 26 periódicos pesquisados, 17 contêm publicações sobre a temática extensão, sendo a primeira referência datada de 1969 na revista *Ciência e Cultura*, órgão de divulgação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que publica os anais das suas reuniões anuais, sendo considerada “a melhor fonte de avaliação da atividade científica no Brasil”.⁷ A extensão aparece através de um relato sobre uma técnica de ensino, denominada Círculo de Debate que estava sendo desenvolvida, pela universidade, nos sistemas de ensino.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERIÓDICOS NACIONAIS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO

Ao se analisar a Tabela 48, observa-se que, durante os anos de 1970 e 1971, não houve nenhum registro sobre a extensão nos periódicos consultados, voltando a aparecer em 1972, em 1974 e em 1976, tendo se tornado constante até 1995, ano final da pesquisa.

O resgate desse momento histórico demonstra que, durante os primeiros anos da década de 70, a extensão não se constituiu uma temática relevante para publicação. Isso se explica, talvez, pela finalidade a ela atribuída na Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária, que em seu artigo 40, Letra A, descaracteriza a extensão enquanto veiculadora do saber produzido e transmitido nas universidades, portanto função docente, tornando-a, predominantemente, função discente de caráter assistencialista.

Por outro lado, existiu, independentemente da ação da Lei nº 5.540/68, uma priorização das ações extensionistas nas universidades, com objetivos de integração social e prestação de serviços assistencialistas à população, ou melhor, uma política universitária de caráter utilitarista que se efetivou através da implantação de programas e projetos, tanto de iniciativa governamental como de instituições privadas. Dentre os mais importantes pode-se citar o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), pertencente ao Ministério da Educação, e o Rondon, vinculado ao Ministério do Interior.

É bom ressaltar que é de 1975 o primeiro Plano Nacional de Trabalho da Extensão Universitária, elaborado pelo MEC objetivando a operacionalização das atividades relacionadas à extensão, vindo a perder espaço, juntamente com as atividades extensionistas, quando se inicia a chamada “distensão política” que redundaria na “abertura”, a partir de 1979. Nesse período, apenas 5,2% da produção sobre Extensão Universitária havia sido elaborada e divulgada pelos periódicos objeto desta pesquisa.

As décadas de 80 e 90 registram um crescente aumento de publicações na temática Extensão Universitária, podendo-se destacar apenas uma baixa produtividade no ano de 1985. O maior índice de concentração da produção escrita sobre a temática se dá entre 1989 a 1995, com 43,2% do total produzido, que, somados aos 38% ocorridos entre 1982 a 1988, perfazem 81,2%.

⁷ Para maiores informações sobre a revista *Ciência e Cultura*, consultar Mancebo (1998) e Segenreich (1998).

O resgate histórico desse período demonstra que, no final dos anos 70, começam a ser criadas as associações docentes, que, em 1981, se consolidam na Associação de Docentes de Ensino Superior (Andes), o mesmo ocorrendo com os funcionários, que criam a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), e com os estudantes, que têm a sua entidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE), anos mais tarde, retirada da clandestinidade, durante o Governo Sarney – 1995-1998.

O processo de redemocratização estava se desencadeando na sociedade brasileira, possibilitando que a Extensão Universitária fosse resgatada, tanto pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) como pelo movimento docente, consubstanciando a idéia de autonomia da universidade e a sua inserção na realidade social.

O discurso, que começa a ser hegemônico, coloca a Extensão Universitária como um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se a serviço da sociedade, passando a ser uma forma de democratização do conhecimento elaborado e vinculado às necessidades da maioria da população. A extensão passa a ser redimensionada, sendo delineada a partir de um projeto global de universidade e não como ações pontuais e dissociadas do ensino e da pesquisa.

Ainda na Tabela 48, é possível identificar os períodos históricos que mais contribuíram para a publicação de documentos sobre a temática Extensão Universitária e como se comportaram os periódicos responsáveis pela divulgação da produção durante os 28 anos compreendidos na pesquisa.

Entre 1968, ano de início da pesquisa, e 1974, a Extensão Universitária contribuiu apenas com três textos, o equivalente a 1,2% do total de produções acadêmicas, apesar de, em 1968, quatro periódicos já estarem sendo editados, concluindo o período com seis (*Ciência e Cultura*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Documenta*, *Revista de Administração Pública*, *Cadernos de Pesquisa e Debate* e *Crítica*). *Ciência e Cultura*, editada pela SBPC, foi responsável pela divulgação de toda a produção do período.

Entre 1975 e 1981 foram divulgados 41 textos, equivalentes a 16,4% do total, cabendo à revista *Estudos e Debates*, também da SBPC, a maior divulgação de textos sobre esta categoria temática, todos concentrados em um mesmo ano – 1980. Esse período inicia com sete periódicos e termina com 17, havendo um rápido crescimento do número dos que se preocupavam com a temática educação.

O período compreendido entre 1982 e 1988 foi responsável por 97 publicações dentro da temática Extensão Universitária, perfazendo um total de 97% de toda a produção sobre ela do período analisado, e novamente a revista *Ciência e Cultura* liderou a divulgação dos textos referentes a esta temática. É bom ressaltar que a revista *Educação Brasileira*, do Crub, contribuiu com 17 textos, sua maior produção sobre o assunto durante os 28 anos pesquisados.

O último período histórico analisado compreende os anos de 1989 a 1995, término da pesquisa. Esse período se coloca como o mais produtivo na categoria Extensão Universitária, contando com 109 documentos elaborados, o que equivale a 43,2% do total pesquisado. Novamente a revista *Ciência e Cultura* detém o maior índice de publicações na área, com 46 textos, seguido de perto pelo *Informe Ciência Hoje*, da SBPC, com 44 documentos.

Enfim, a temática extensão possui um traçado irregular na vida dos periódicos analisados, sendo que em vários deles só comparece apenas com um texto (*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Documenta*, *Cadernos Cedes*, *Cadernos de Pesquisa* e *Encontros com a Civilização Brasileira*).

Uma primeira conclusão a que se chega ao analisar o perfil desses periódicos é que a essa temática está presente com maior intensidade naqueles que representam a sociedade científica, principalmente a de pesquisadores, como a SBPC, que veiculam temas em geral e não apenas de educação, vindo a seguir os que representam a sociedade civil, como o Crub, que tratam da educação superior.

Tabela 48 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, por ano/período de publicação – 1968-1995

Periódicos	Anos																												Total	%	
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95			
<i>Educação Brasileira</i>													6	2			6		3	5	3		3	2	1		2		33	13,2	
<i>Estudos e Debates</i>												16				2													18	7,2	
<i>Cadernos Nupes</i>																											3		3	1,2	
<i>Documenta</i>																				1									1	0,4	
<i>Em Aberto</i>													1	5	2		1								2				11	4,4	
<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>																										1			1	0,4	
<i>Boletim ANPEd</i>																									1		1		2	0,8	
<i>Cadernos Cedes</i>																					1								1	0,4	
<i>Educ. & Sociedade</i>											1		1			1	1												4	1,6	
<i>Cad. de Pesquisa</i>																1													1	0,4	
<i>Fórum Educacional</i>											1								1										2	0,8	
<i>Educ. e Realidade</i>										1					1														2	0,8	
<i>Rev. da Faculdade de Educação</i>																1													1	0,4	
<i>Ciência e Cultura</i>		1			1		1		1	1	4		2	2	4	12	7	3	15	9	8	12		6	10	6	5	7	117	46,8	
<i>Informe/Jornal</i>																			1		1	2	3	6	4	8	11	10	46	18,4	
<i>Ciência Hoje</i>																															
<i>Bol. Inf. e Bibliogr. de Ciên. Sociais</i>										1					1					1		1			1				5	2,0	
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>															1														1	0,4	
Total																														249	99,6
Frequência Acumulada (%)																															

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Por outro lado, os altos índices de freqüência registrados na revista *Ciência e Cultura* se deve, também, à regularidade de editoração, à data da sua criação – sendo, junto com a RBEP, a mais antiga –, e à característica de sua publicação, sempre relacionada aos Anais da SBPC. Um fato a ser registrado é que a concentração da produção escrita sobre Extensão Universitária se dá sob a forma de resumos e notas, como veremos a seguir.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERIÓDICOS NACIONAIS, POR TIPO DE PRODUÇÃO

Como já foi analisado no item anterior, dos 17 periódicos que divulgaram a temática Extensão Universitária, alguns se sobressaem, como *Ciência e Cultura*, que detém o maior número de publicações, 117 ao todo, classificadas em 113 resumos, uma notícia, um relatório e dois artigos, perfazendo 46,8% do total, e o *Informe/Jornal Ciência Hoje* – criado em 1985, também pela SBPC, com o objetivo de divulgar rapidamente as comunicações relativas a debates e acontecimentos de relevância no meio acadêmico científico –, contando com 46 documentos sobre extensão: 39 notícias, cinco notas e dois artigos, perfazendo 18,4% do total.

Outro periódico que merece destaque é a revista *Educação Brasileira*, criada em 1978 e editada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), com o objetivo de contribuir para a crítica do processo educacional através do debate construtivo, onde a extensão é discutida em 34 textos assim distribuídos: 28 artigos, dois editoriais, duas resenhas, um relatório e um depoimento, representando 13,3% do total.

Por outro lado, aparece a revista *Estudos e Debates*, também editada pelo Crub a partir de 1978, com o objetivo de “registrar eventos que discutam a situação da educação e polemizar debates, veiculando opiniões divergentes e relevantes” (Franco, 1998), possuindo 18 artigos sobre extensão, perfazendo um total de 7,2%.

Finalmente, o periódico *Em Aberto*, editado pelo Inep a partir de 1981, que tem por objetivo ser o ponto de ligação e de “convergência do pluralismo construtivo e incentivador de renovações e reformas”, possui 11 textos sobre extensão, assim discriminados: quatro artigos, quatro notas, duas resenhas e um dispositivo legal, perfazendo 4,4% do total. Esses periódicos perfazem, juntos, um total de 90% da produção sobre Extensão Universitária, conforme consta da Tabela 49.

Os periódicos que compuseram a pesquisa e não registraram nenhuma publicação sobre a temática Extensão Universitária são: *Cadernos Andes* e *Universidade e Sociedade*, considerados revistas de temáticas sobre educação superior; *Caderno ANPEd*, *Revista Brasileira de Administração da Educação* e *Educação e Seleção*, classificados como de temáticas relativas à educação em geral; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Ciências Sociais Hoje*, *Revista de Administração Pública* e *Debate e Crítica*, classificados como de temática geral.

Em síntese, dos 250 documentos referentes a essa temática, mais de 68% se constituem formas discursivas que sinalizam para a sua pouca relevância na produção científica sobre educação superior. São 115 resumos, apresentando, de forma concisa, o conteúdo de pesquisas, 42 notícias consideradas descrições que se colocam ao final de artigo ou capítulo de livro, nove notas tidas como breves comunicações, cinco resenhas, que consistem em apreciações de livro ou artigo contendo juízo de valor, três relatórios, que são exposições de atividades, e apenas 68 artigos que abordam aspectos conceituais do tema com desenvolvimento lógico.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SEGUNDO AS SUBCATEGORIAS, POR ANO E POR PERIÓDICO

Ao se analisar os dados referidos nas Tabelas 50 e 51, observa-se que a subcategoria *Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino* constitui a área de maior produção acadêmica, contando com 135 documentos elaborados, ou seja, 54% de toda a produção. Essa produção possui sua maior freqüência no ano de 1980, época em que os modelos de universidade e as formas de

intervenção na sociedade eram objetos de debate, tanto em nível do Governo como da sociedade civil organizada, na área da educação, como foi comentado anteriormente.

O periódico que mais divulgou essa subcategoria temática foi a revista *Ciência e Cultura*, com 85 documentos, vindo a seguir as revistas *Educação Brasileira* e *Estudos e Debates*, com 16 documentos cada.

A segunda subcategoria priorizada foi *Universidade e Empresa*, com 54 documentos, equivalentes a 21,6%; a maior frequência ocorrida foi no ano de 1994, com 13 textos divulgados. Essa predominância pode ser compreendida ao se destacar que a política neoliberal, que teve seu início no Governo Collor, se intensifica no decorrer dos anos.

As propostas para a educação superior, baseadas nos princípios de “eficiência” e “excelência” previstos no Programa Setorial de Ação do Governo Collor, na área de Educação, para o Período 1991-1995, elaborado em dezembro de 1990, e no projeto denominado “Brasil, um Projeto de Reconstrução Nacional”, popularmente conhecido como “projeto”, destacavam: a) a implantação da autonomia universitária nos moldes do Plano Setorial; b) a obtenção de maior eficiência na gestão das universidades federais, instituindo um novo sistema de alocação de recursos financeiros articulado à avaliação de desempenho, para incentivar ganhos de produtividade e de qualidade no ensino; e c) o incentivo à integração da pesquisa com a extensão, estimulando as universidades a buscarem recursos extra-orçamentários para complementar seus orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas.⁸ A idéia era transformar as universidades em um grande balcão de venda de serviços, direcionando sua produção para um mercado que podia pagar.

O periódico que mais publicou sobre a subcategoria *Universidade e Empresa* foi o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, da SBPC, com 38 textos, que, como já vimos, não tem por objeto de divulgação apenas a área de educação superior. Ele está classificado como do tipo educação em geral.

As subcategorias *Concepção de Extensão* e *Universidade e Movimentos Sociais* são similares em número de produção, perfazendo 8,4% do total pesquisado. *Concepção de Extensão* teve sua maior produção em 1986, com cinco textos, época em que estava sendo discutida pela comunidade acadêmica, principalmente pelos Fóruns Regionais de Pró-Reitores de Extensão, um novo conceito para a extensão.

As eleições de dirigentes universitários pelo voto direto, a partir de 1985, e o compromisso dos novos reitores de situar as universidades mais próximas dos interesses e necessidades da maioria da população desencadearam iniciativas em várias universidades que já mostravam a necessidade de se posicionar a favor de uma política de Extensão Universitária que estivesse muito além da sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços ou difusão de cultura. Em dezembro de 1985, os pró-reitores da Região Norte realizaram em Manaus o Encontro Regional onde defendiam uma concepção de extensão enquanto vinculadora da pesquisa e do ensino às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, produtora do conhecimento visando à transformação da sociedade.

A Universidade de Brasília, em agosto de 1985, inicia um crescente trabalho de envolvimento e integração com a sociedade civil organizada, através dos Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do programa de Educação a Distância.

A Universidade Federal do Paraná, a partir de 1986, define uma política de extensão comprometida com a sociedade e com o processo de ensino e aprendizagem que se faz inovadora diante das ações antes desenvolvidas.

Portanto, havia um clima de redefinição do modelo conceitual da extensão nesse período, que se consubstancia em 1987 com a realização do 1º Encontro do Fórum Nacional de Extensão, onde se sistematiza as várias propostas existentes e adota-se um novo conceito de extensão até hoje em vigor.

⁸ A análise conjuntural aqui realizada teve por base o livro de Tavares (1996).

Tabela 49 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, por tipo de produção – 1968-1995

Periódicos	Nota	Depoimento	Relatório	Notícia	Resenha	Editorial	Resumo	Artigo	Apresentação	Disp. Legais	Não Classificado	Total	%
<i>Educação Brasileira</i>		1	1		2	2		27				33	13,2
<i>Estudos e Debates</i>								18				18	7,2
<i>Cadernos Nupes</i>											3	3	1,2
<i>Documenta</i>								1				1	0,4
<i>Em Aberto</i>	4				2			4		1		11	4,4
<i>Rev. Bras. de Est. Pedagógicos</i>				1								1	0,4
<i>Boletim ANPEd</i>							2					2	0,8
<i>Cadernos Cedes</i>								1				1	0,4
<i>Educ. & Sociedade</i>			1					3				4	1,6
<i>Cad. de Pesquisa</i>								1				1	0,4
<i>Fórum Educacional</i>					1			1				2	0,8
<i>Educ. e Realidade</i>								2				2	0,8
<i>Rev. da Fac. de Educação</i>								1				1	0,4
<i>Ciência e Cultura</i>			1	1			113	2				117	46,8
<i>Inf./Jorn. Ciên. Hoje</i>	5			39				2				46	18,4
<i>Bol. Inf. e Bibliog. de Ciên. Sociais</i>				1				4				5	2,0
<i>Enc. c/a Civilização Brasileira</i>		1										1	0,4
Total	9	2	3	42	5	2	115	67		1	3	249	99,6

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB. Tabela 50 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo subcategoria e ano – 1968-1995

Tabela 50 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo subcategoria e ano – 1968-1995

Subcategorias	Anos																				Total	%									
	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87			88	89	90	91	92	93	94	95	
Concepção de Extensão (10.1)											1	1		1	1	1		1	5	3		2		1	3		1		21	8,4	
Univ., Sist. e Nív. de Ensino (10.2)		1					1			1	5		23	2	5	10	10	2	13	8	12	7	2	4	9	4	5	11	135	54,0	
Universidade e Empresa (10.3)												1	1	1	1	3		1		1		2	4	8	4	9	13	5	54	21,6	
Univ. e Organ. Trabalhistas (10.4)																1				1									2	0,8	
Univ. e Movim. Sociais (10.5)										1			1			1	4		2	1	1	4		1	1	2	1	1	21	8,4	
Outros (10.9)					1					1				2	4	2				2					2		2		16	6,4	
Total				3							41						97							108					249	99,6	
Freqüência Acumulada (%)				1,2%							17,6%						56,4%							99,6%							

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Tabela 51 – Distribuição de documentos sobre Extensão Universitária, em periódicos nacionais, segundo as subcategorias, por periódico – 1968-1995

Periódicos	Subcategorias						Total	%
	Concepção de Extensão (10.1)	Univ., Sistemas e Níveis de Ensino (10.2)	Universidade e Empresa (10.3)	Univ. e Organiz. Trabalhistas (10.4)	Univ. e Movimentos Sociais (10.5)	Outros (10.9)		
<i>Educação Brasileira</i>	7	16	3	1	2	4	33	13,2
<i>Estudos e Debates</i>		16	2				18	7,2
<i>Cadernos Nupes</i>			3				3	1,2
<i>Documenta</i>		1					1	0,4
<i>Em Aberto</i>	1	6	1			3	11	4,4
<i>Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos</i>		1					1	0,4
<i>Boletim ANPEd</i>	2						2	0,8
<i>Cadernos Cedes</i>		1					1	0,4
<i>Educação & Sociedade</i>	2	1		1			4	1,6
<i>Cadernos de Pesquisa</i>		1					1	0,4
<i>Fórum Educacional</i>	1	1					2	0,8
<i>Educação e Realidade</i>		1				1	2	0,8
<i>Rev. da Faculdade de Educação</i>	1						1	0,4
<i>Ciência e Cultura</i>	5	85	7		13	7	117	46,8
<i>Inf./Jornal Ciência Hoje</i>		5	38		3		46	18,4
<i>Bol. Inf. e Bibliog. de Ciên. Sociais</i>	2				2	1	5	2,0
<i>Enc. c/a Civ. Brasileira</i>					1		1	0,4
Total	21	135	54	2	21	16	249	99,6

Fonte: GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR – a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre, 1999. CD-ROM, 1 arquivo, 40MB.

Foram oito os periódicos que se preocuparam em divulgar documentos sobre a concepção de extensão. O que mais divulgou foi a revista *Educação Brasileira*, do Crub, com sete documentos, vindo a seguir *Ciência e Cultura*, da SBPC, com cinco textos.

É importante ressaltar que o *Boletim ANPEd*, a revista *Educação & Sociedade*, do Cedes, e o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* também divulgaram dois documentos cada, e o *Em Aberto*, do Inep, *Fórum Educacional*, do Iesae/FGV, e a *Revista da Faculdade de Educação*, da USP, editaram um texto cada um.

Quanto à subcategoria *Universidade e Movimentos Sociais*, que também foi objeto de elaboração de textos, contou com 21 publicações, registrando maior frequência nos anos de 1983 e 1989.

É bom salientar que, em 1983, realizou-se, em Campinas-SP, a 37ª Reunião Plenária do Crub, onde houve um posicionamento sobre a necessidade de se intensificar as discussões, dentro da universidade, dos problemas locais, regionais e nacionais, além de submeter os objetivos, planos e programas desenvolvidos pela universidade à apreciação das lideranças comunitárias.

Por outro lado, em 1983, a Andes já havia elaborado seu documento oficial sob o título *Proposta das associações de docentes e da Andes para a universidade brasileira*, onde a universidade era tida como uma instituição social de interesse público, “entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social mais justa e que corresponda aos anseios majoritários da população” (Cadernos Andes, n. 2, p. 8-9).

Novamente, foi a revista *Ciência e Cultura* quem mais divulgou documentos sobre a subcategoria temática *Universidade e Movimentos Sociais*. Podemos citar também o *Informe/Jornal Ciência Hoje*, com três textos, a revista *Educação Brasileira*, com dois, e o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, o BIB, com dois textos.

A grande ausente das discussões foi a subcategoria *Universidade e Organizações Trabalhistas*, com apenas dois textos divulgados, um no ano de 1977 e outro em 1980, nas revistas *Educação Brasileira*, e *Educação & Sociedade*. É bom ressaltar que pesquisa realizada pelo MEC/SESu (Brasil, 1994), com 62 universidades públicas federais e estaduais, confirma a inexistência de uma maior inter-relação entre a universidade e os organismos de representação dos trabalhadores, citando apenas a Região Sudeste como tendo registrado algum trabalho nessa direção.

ANÁLISE DO DISCURSO PRODUZIDO SOBRE A CATEGORIA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, EM 68 ARTIGOS, ATRAVÉS DE SUBCATEGORIAS

Pela característica de que se reveste a produção acadêmica sobre Extensão Universitária, predominantemente sob a forma de resumos e notas, optou-se por fazer uma análise mais aprofundada dos 68 artigos elaborados, por se considerar esta forma discursiva com maior consistência teórica, possibilitando inferências sobre o eixo da discussão travada pelos autores.

Entretanto, é bom salientar que, na construção da nova concepção sobre Extensão Universitária, alguns autores não podem deixar de ser citados, como Roberto Mauro Gurgel Rocha, com o texto “Extensão universitária: comunicação ou domesticação”, fruto da sua dissertação de mestrado, presente em três periódicos: sob a forma discursiva de resenha, no *Em Aberto* e na revista *Educação Brasileira*, e como resumo, em *Ciência e Cultura*. O texto de Rocha (1986) se constituiu e ainda se constitui referência para qualquer reflexão sobre a concepção de extensão, quando ele resgata, historicamente, o surgimento da extensão no Brasil e a analisa como forma de relacionamento universidade/sociedade, no período entre 1969 e 1976.

Dois autores encontram-se presentes na produção – com resumos publicados pelo *Boletim ANPEd* – que, pelo desdobramento de suas pesquisas na formulação de uma nova concepção de Extensão Universitária, também merecem destaque: 1) José Francisco Melo Neto, com o texto “Extensão universitária e hegemonia: em busca de um novo direcionamento”, que deu origem à sua tese de doutorado, onde o autor questiona a prestação de serviços caracterizada como extensão

e traz para debate a categoria trabalho social, numa visão marxista, redimensionando as atividades tidas como extensionistas; 2) Maria das Graças Medeiros Tavares, com o texto “Extensão universitária: terceira função ou processo articulador do ensino e pesquisa?”, cujo desdobramento da pesquisa possibilitou a elaboração de sua tese de doutoramento, intitulada *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?*, onde discute a extensão enquanto processo teórico-metodológico que articula o ensino e a pesquisa com as necessidades da população, ou seja, extensão como modelo de universidade e não como função sua.

Subcategoria Concepção de Extensão

A subcategoria *Concepção de Extensão* esteve presente em 21 textos, sendo 11 artigos assim discriminados: cinco no periódico *Educação Brasileira*; dois na *Revista da Faculdade de Educação* da USP; dois na revista *Educação & Sociedade*; um no *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* e um no *Fórum Educacional*.

Nesses 11 artigos pode-se inferir que a *Concepção de Extensão* se volta, prioritariamente, para a construção de uma dimensão social da universidade, onde a extensão contribui de forma decisiva ao buscar reorientar os objetos de pesquisa e a formação dos alunos com as necessidades reais da maioria da população, destacando ainda a necessidade de uma articulação entre extensão, ensino e a pesquisa. A extensão não é vista como algo isolado, exclusivo e eterno, mas, sim, como uma forma de fazer valer os interesses de grande parte da população que se encontra excluída de uma sociedade dividida em classes.

Partindo da compreensão de que a universidade é uma instituição de classe onde se desenvolve uma ideologia do saber científico neutro e coloca seus objetivos acima das contradições sociais, Tragtenberg (*Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 3, p. 76-82, maio 1979) denuncia a troca do poder da razão pela razão do poder, destacando que, nesse contexto, a universidade assume uma postura onde as estruturas de ensino se tornam fins e a criação do conhecimento cede lugar ao controle burocrático de sua produção. Nesta universidade tecnocrática não existe lugar para a produção de um conhecimento voltado aos interesses da maioria da população, uma vez que ela reproduz o mesmo modelo capitalista excludente.

Para Saviani (*Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 8, p. 61-73, jan. 1981), a extensão terá maiores chances de êxito na medida em que o ensino e a pesquisa estejam vinculados às reais necessidades da sociedade. Para ele, na extensão não cabe assistencialismo e sim uma priorização de temas realmente candentes à sociedade junto àqueles que forem escolhidos como centros de interesses da pesquisa na universidade e uma conseqüente articulação com o ensino e a extensão.

Renato H. Reis (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 67-81, jan./jun. 1992) discute a necessidade de institucionalização da extensão, ou seja, a *Concepção de Extensão* passa pela redefinição político-filosófica da instituição, buscando deixar transparecer a quem vai servir, o que produzir e para que, e de um reordenamento curricular-programático-administrativo da universidade onde a extensão esteja presente no projeto global da instituição e não como atividade pontual e isolada.

Para J. Fagundes (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 8, n. 17, p. 103-111, jun./dez. 1986), a extensão deve fazer com que a universidade assumira uma nova postura reorientadora do ensino e da pesquisa, procurando socializar os seus benefícios. A extensão precisa negar-se a atuar de forma exclusiva, perene e inerte em benefício da universidade, pois, se persistir neste caminho, ver-se-á impedida de vislumbrar uma nova universidade. Para o autor, quando a extensão tiver contribuído para transformar a sociedade, para socializar o conhecimento produzido dentro dela e eliminar a elitização do ensino e da pesquisa, ela terá assumido a sua verdadeira função não sendo mais necessária, pois ela se transforma na própria essência da universidade.

Um outro discurso que aparece sobre *Concepção de Extensão*, e que foge um pouco ao até então colocado, parte de Eunice Durham (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 8, n. 17, p. 23-30,

jun./dez. 1986). Em seu artigo intitulado “A universidade e as demandas da sociedade”, a autora coloca que a concepção de que a universidade deve ser capaz de agir diretamente sobre as populações mais desfavorecidas define mais um desencargo de consciência, uma automistificação, do que realmente um programa de extensão. O desencargo de consciência reside no fato de que apenas uma minoria privilegiada da população pode atingir, realmente, um nível superior de educação, enquanto que a grande maioria não consegue terminar o ensino fundamental. O resultado desta concepção costuma acarretar um assistencialismo disfarçado de vanguardismo ou, ao contrário, uma militância política disfarçada de agente comunitária. A autora considera que o único benefício que a universidade pode trazer para a população em geral é, de forma indireta e a longo prazo, decorrente do saber nela produzido.

Enfim, a extensão é vista como a realização do vínculo entre a universidade e a sociedade, caracterizando-se por manter uma interação social e historicamente determinada, ou seja, possuindo como parâmetro as condições políticas, sociais e econômicas da Nação (C. A. R. Caram, R. C. C. Teixeira e G. M. Teixeira em *Educação Brasileira*, Brasília, v. 9, n. 19, p. 189-200, jul./dez. 1987).

Subcategoria Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino

A subcategoria *Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino* foi a que concentrou maior número de textos: 135 ao todo, sendo 40 artigos. O eixo principal de abordagem se volta para a articulação da universidade com o sistema público de ensino fundamental e médio, tanto em nível de escolas como de órgão central – secretarias estaduais e municipais de educação –, e a formação de professores.

Essa subcategoria destaca as várias formas de integração, quer seja através de cursos livres ou não, para capacitar professores em várias áreas, principalmente em ciências, como através da criação de núcleos de pesquisas e documentação na área de história, bibliotecas comunitárias, feira de ciência, laboratório itinerante de ciência, alfabetização de adultos e informática educativa.

A extensão é tratada como intervenção, prestação de serviços, cursos, convênios, apesar de quase todos destacarem a necessidade de uma reformulação interna da universidade, buscando a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Os relatos são prioritariamente sobre ações da universidade no sistema de ensino.

Claudio de Moura Castro (*Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 17-30, fev. 1982) discute as possíveis influências do vestibular sobre os níveis anteriores, suas conseqüências sobre o ensino superior, as opções e as falsas opções existentes. Analisa o vestibular como instrumento de seleção dos melhores e sugere o equilíbrio entre a validade técnica dos instrumentos e o papel mais amplo do vestibular.

Destacando a importância da universidade na formação de professores da rede pública, Eurides B. Silva (*Estudos e Debates*, v. 4, n. 4, p. 94-100, 1980) coloca que este seria um caminho para a democratização do País. Discute até que ponto a reforma do ensino de 1º e 2º graus efetivada pela Lei nº 5.692/71 afeta a universidade, qual o papel da universidade na implantação da reforma, cobrando um maior envolvimento da universidade com os cursos de formação de professores.

Para Cerdeira (*Estudos e Debates*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 47-49, 1980), a articulação com os sistemas e níveis de ensino se daria através da participação técnica efetiva entre universidades/Conselhos Estaduais de Educação/Secretarias Estaduais de Educação, do estabelecimento de planos de ação conjunta e da revisão de currículos escolares para atender aos anseios da comunidade, em face da alienação da universidade com a realidade do ensino de 1º e 2º graus.

Para O. H. B. Mourão (*Estudos e Debates*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 27-37, 1980), outra forma de integração é através da criação e manutenção de serviços de pesquisa educacional, onde se possa avaliar os currículos, as políticas de formação de professores, a orientação para os profissionais de licenciatura, buscando, com o resultado das pesquisas, definir as diretrizes

educacionais, tanto em nível dos sistemas estaduais e municipais de ensino como dos cursos de Licenciatura e de Pedagogia.

Segundo Della Senta (*Estudos e Debates*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 83-89, 1980), a integração entre universidade e governo estadual se coloca imprescindível para que se promova um salto qualitativo no ensino de 1º e 2º graus. Para tanto, é necessária a realização de uma reestruturação interna na universidade, através da adoção das seguintes medidas: integração intra e interdepartamental; comunicação entre as várias áreas acadêmicas; desenvolvimento de programas interdisciplinares; união do ensino básico com a formação profissional; conscientização, no seio da comunidade acadêmica, do esforço de integração. A universidade deve, primeiramente, passar por um processo de aprimoramento nos seus níveis de integração e aumentar sua sensibilidade pedagógica na perspectiva da educação continuada.

Subcategoria Universidade e Empresa

A subcategoria *Universidade e Empresa* contou com 54 textos elaborados, dos quais 38 são em forma de notas e 10 são artigos. A tônica do discurso se coloca na possibilidade de financiamento das empresas para as pesquisas a serem desenvolvidas pela universidade, buscando uma transferência de tecnologia. Existe o reconhecimento da necessidade de apoio de uma instituição de pesquisa tecnológica para os pequenos e médios empresários, que, como contrapartida, proporcionariam uma certa autonomia financeira às universidades, estabelecendo uma posição de maior independência destas em relação ao Estado.

Um aspecto destacado quando se discute sobre a relação entre universidade e empresa é o papel das fundações como órgãos de fomento e a necessidade de se discutir sobre sua lei de funcionamento. Várias notas se referem à Facepe, à Fapesp e à Finep enquanto instrumentos de viabilização de fomento para as pesquisas em parceria com empresas. Outro aspecto que merece ser ressaltado são as parcerias entre a Unicamp e a IBM, o CNPq e a Odebrecht, a Petrobrás e a Pós-Graduação da UFRJ, a Unesp e empresas, o Sebrae e universidades, além da escola gerencial da Unicamp e as incubadoras de empresa da UFRJ e da Uerj.

Para Silva (*Jornal Ciência Hoje*, São Paulo, n. 319, p. 9, 21 abr./4 maio 1995), a importância da relação entre universidade e empresa se dá na medida em que possibilita a criação de uma mentalidade de gestão empresarial nas universidades e centros de pesquisa governamentais, o que pode ser considerado um ponto positivo. Por outro lado, três artigos discorrem sobre uma pesquisa realizada em 1993, que compara a cooperação universidade-empresa no Brasil e na Argentina, em três áreas de conhecimento: Física, Engenharia Elétrica e Economia.

Um outro tema abordado foi a relação entre ciência e tecnologia e a pesquisa universitária e industrial. Mindlin (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 151-158, jul./dez. 1991) destaca que existe uma falta de entendimento recíproco entre a empresa e a universidade, porque os empresários são vistos pelos acadêmicos como pessoas muito mais preocupadas com os seus interesses individuais de que com o bem público, enquanto que os acadêmicos são vistos pelos empresários como sonhadores, desligados do dia-a-dia, mais preocupados com sua carreira do que com os reais problemas do País.

Enfim, para S. L. Gargioni (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 13, p. 41-55, jul./dez. 1984), a relação universidade e empresa é uma questão sem solução satisfatória porque a empresa é incapaz de demandar tecnologia, fazendo com que a pesquisa das IES tenda à acomodação e ao descrédito. Assim, o setor produtivo, descrente da disponibilidade da universidade, busca tecnologia no meio externo. Já o pesquisador não se aproxima da empresa, desenvolvendo suas funções sem que haja um compromisso social maior. Isso acarreta pouca atividade de extensão, a pesquisa acaba sendo tratada como algo complementar, os pesquisadores não produzem trabalhos significativos e a universidade acaba não possuindo recursos para a aquisição de equipamentos, prejudicando toda a produção de novas tecnologias.

Subcategoria Universidade e Organizações Trabalhistas

Esta subcategoria foi a grande ausente das discussões sobre extensão universitária. Como já foi ressaltado no início deste trabalho, a relação entre universidade e organizações trabalhistas não se constitui uma prática no meio acadêmico. A concepção de prestação de serviços como atividade definidora das ações de extensão, ainda existente nas universidades, pode gerar esse distanciamento, visto que quem presta serviço age desprendidamente, guiado por um nobre ideal, como diz Fagundes. Talvez quando houver uma maior conscientização de que a construção do conhecimento resulta de acordos entre partes interessadas e que a extensão visa uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, os interesses dos setores trabalhistas se constituam objetos de conhecimento para os pesquisadores.

Subcategoria Universidade e Movimentos Sociais

A subcategoria *Universidade e Movimentos Sociais* contou com 21 textos, sendo quatro artigos. Abrangendo desde a análise do Projeto Rondon como instrumento de integração de comunidades, passando pela divulgação da ciência para a população através de jornal laboratório, indo até a prestação de serviços através de Centros Pedagógicos em Juiz de Fora, anunciando a criação do Programa Universidade Solidária, a produção acadêmica assume como eixo norteador a temática Cidadania.

A extensão se coloca para Vieira (*Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 3-33, jan. 1992) como uma forma de inter-relacionamento entre a universidade e grupos sociais e comunidades, através da construção de estratégias de pesquisa que possibilitem a participação de novos interlocutores na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento regional e urbano embasados na pesquisa socioambiental de ponta.

Para A. Goldeberg (*Boletim Informativo e Bibliográfico Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70, jul. 1989), entre os movimentos sociais que deveriam ser tema para pesquisa se encontra o movimento feminista, que, segundo a autora, vem sendo tratado de forma não questionadora, deixando de denunciar o caráter assexuado dos parâmetros teóricos e metodológicos, e, principalmente, não contesta a hierarquização de saberes e poderes existentes no espaço acadêmico. Para ela, ainda são poucos os estudos de fôlego sobre o movimento feminista propriamente dito no Brasil.

Pedro Demo (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 107-123, jan./dez. 1984) elabora um artigo sobre a experiência comunitária da Furj, de Joinville, e sua influência sobre a região do extremo norte de Santa Catarina, que, ao estabelecer uma ligação entre o ensino ministrado e as necessidades econômicas da região, contribuiu para elevar a qualidade da pesquisa, associando a prática à teoria. Por outro lado, essa experiência integradora realiza uma função social da maior relevância, pois colabora com a comunidade, o que torna a Furj uma faculdade democrática que assume sua vocação comunitária.

Dias (*Educação Brasileira*, Brasília, v. 6, n. 12, p. 11-13, jan./jun. 1984) mostra em seu texto "Cidadania e universidade" que a universidade deve ser vista como um foco de poder inserido na vida política de uma sociedade. Assim, o autor propõe o exame da cidadania universitária e de sua aptidão para ampliar a prática de cidadania aos meios sociais. Destacando que, entre outros, o vínculo entre a comunidade local e nacional legitima a necessidade do processo de extensão universitária, defende a concepção de uma universidade cidadã como potencializadora de expansão da própria cidadania.

Subcategoria Outros

Esta subcategoria registrou 16 documentos, que vão desde treinamento de multiplicadores, cursos de extensão, análise dos programas Rondon e Crutac, avaliação de colônia

de férias, comunicação museológica, direitos humanos, especialmente dos meninos de rua, etc., não se constituindo campo de novas preocupações dos pesquisadores na área de extensão. A idéia que perpassa os textos continua a ser de eventos pontuais, avaliação de ações isoladas, elaboração de oficinas sem articulação com o ensino e a pesquisa institucional.

Encaminhamentos Conclusivos

Ao se realizar uma análise tomando-se apenas como base a categoria temática Extensão Universitária, observa-se que a mesma não se constitui objeto de estudo relevante dos pesquisadores, quando se compara com as outras ditas funções da universidade: ensino e pesquisa.

No universo pesquisado de 4.546 documentos, a categoria Ensino conseguiu uma produção de 785 textos, o que equivale a 17,3% do total, enquanto que a categoria Pesquisa conseguiu 305 documentos, equivalentes a 6,7%.

Quando se relacionam entre si, ou seja, quando se destaca o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esse porcentual cai consideravelmente (para 1,2%), o que pode sinalizar uma ausência de articulação entre as três funções. Como a maioria significativa de textos produzidos se deu nas décadas de 80 e 90, quando a indissociabilidade começa a ganhar maior dimensão política, é de se estranhar tão pouca freqüência nesta categoria temática.

Por outro lado, ao se articular dados da categoria temática Universidade e Sociedade – também pertencente ao universo da pesquisa e que obteve 505 produções, percentualmente correspondentes a 11,1% – com os da Extensão Universitária, pode-se inferir que esta última ganha nova posição de destaque no conjunto da pesquisa, pois os descritores que compõem a primeira são constitutivos das ações extensionistas realizadas pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Observe-se que definir a função social ou a concepção de universidade, assim como formas de democratização das suas atividades ou sua inserção no desenvolvimento local, regional ou nacional, equivale a tratar de aspectos da *Concepção de Extensão*, especialmente da concepção assumida pelas universidades públicas a partir de 1987. Sendo assim, dentro dessa visão mais ampla, a Extensão Universitária assume um papel relevante dentro das categorias analisadas na pesquisa *A produção científica sobre educação superior em periódicos nacionais – 1968-1995*.

Entretanto, é bom ressaltar que, entre os 26 periódicos analisados, os textos referentes à extensão ficaram praticamente restritos a dois órgãos de divulgação, SBPC e Crub, cada um com dois periódicos, e que, entre as seis subcategorias analisadas, *Universidade, Sistemas e Níveis de Ensino* foi disparadamente a que obteve a maioria esmagadora das produções: 54% do total.

O que se pode inferir, diante dos dados colhidos, é que a extensão é vista pelos autores, na prática, como ações de intervenção na área educacional especificamente, sem articulação nem continuidade, pois a maioria dos textos produzidos apenas relata experiências já ocorridas, sem vislumbrar um processo mais permanente de atuação.

Ao mesmo tempo e de forma contraditória, quando se discute sobre a *Concepção de Extensão*, a tônica se volta para sua importância enquanto redirecionadora dos objetivos de pesquisa e da própria formação profissionalizante, com as reais necessidades da maioria da população, sendo a extensão uma forma de fazer valer os interesses que se encontram excluídos da produção de conhecimento dentro da universidade.

Para os autores, essa exclusão se dá, entre outros fatores, por esta instituição assumir posturas equivocadas, onde as estruturas de ensino se tornam fins em si mesmas e a criação do conhecimento cede lugar ao controle burocrático. Não se quer defender, com esta postura, uma universidade utilitarista, imediatista, assistencialista, mas que seja capaz de priorizar temas candentes à sociedade junto àqueles que forem centros de interesses da pesquisa na universidade. Ou seja, a extensão precisa negar-se a atuar de forma exclusiva, necessitando que a pesquisa, tanto a básica como a aplicada, estejam associadas entre si e que o ensino deixe de ser elitista, voltando-se para o

atendimento das necessidades atuais do mundo do trabalho. Para se conseguir trilhar esses caminhos, há necessidades de redefinição político-filosófica da instituição, o que passa também por seu reordenamento curricular-programático-administrativo.

Enfim, este é o discurso elaborado sobre Extensão Universitária, em que 38,6% da produção provêm de pesquisadores concentrados na Região Sudeste. As regiões Nordeste e Sul produziram, respectivamente, 10,4% e 10%, vindo a seguir as Regiões Centro-Oeste e Norte. A distribuição da produção por regiões geográficas pode ficar prejudicada, já que 29,7% constam como não identificados no *Universitas/BR*, visto que a maioria dos periódicos só começou a fazer a identificação de sua publicação em período mais recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso. A evolução do ensino de Didática. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-246, jul./dez. 1992.
- BALZAN, Newton César. Nós, professores de licenciatura. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 8, p. 18-24, 1983.
- _____. Sete princípios inaceitáveis sobre educação em países desenvolvidos. *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 64, p. 19-34, out. 1994.
- BARBOSA, Eda Coutinho. Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior – Pades. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 237-244, 1978.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. *Perfil da extensão universitária no Brasil*. Brasília, 1994. (Apoio Nape/Departamento de Extensão, Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários/Uerj).
- BUARQUE, Cristovam. A retomada da globalização universitária na UnB : a reforma da fundação. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 10, n. 21, p. 181-196, jul./dez. 1988.
- CADERNOS ANDES. Rio de Janeiro : Associação de Docentes do Ensino Superior, n. 2, 1982. 3. ed. rev.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. A formação de educadores : uma perspectiva multidimensional. *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 8, p. 19-21, ago. 1982.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Memória das práticas de ensino. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 247-252, jul./dez. 1992.
- CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior : a lógica reconstruída, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90 : política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994. p. 103-115: Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.
- DAMASCENO, Maria Nobre. Uma alternativa para o estágio de ensino nos cursos de licenciatura. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 153-183, jan./jun. 1980.

- FAGUNDES, J. *Universidade e compromisso social : extensão, limites e perspectivas*. Campinas : Ed. Unicamp, 1986.
- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília : Ed. UnB/Anpocs/CNPq, 1990.
- FISCHER, Tânia. Currículos de cursos de graduação como áreas de conflito de poder. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 33, n. 7, p. 129, jul. 1981. (Resumos da 33ª Reunião Anual da SBPC).
- FRACALANZA, D. C. Análise do significado da prática de ensino nos cursos superiores de licenciatura. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 34, n. 7, p. 179, jul. 1982.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai. O periódico Estudos e Debates : traços de trajetória e perfil. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- GIAMBIAGI, Myriam Segre; GIAMBIAGI, Mário. Dos currículos, da pós-graduação e outras histórias. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 161-166, fev. 1980.
- GRAWITZ, Madeleine; PINTO, Roger. *Méthodes des sciences sociales*. Paris : Librairie Dalloz, 1986.
- GT POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/ANPEd. *Universitas/BR : a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968-1995*. Porto Alegre : ANPEd, 1998.
- MANCEBO, Deise. A produção científica sobre educação superior na revista *Ciência e Cultura* (1968-1979). In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Formação de professores : racionalidades em disputa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n. 177, p. 279-308, maio/ago. 1993.
- MEDIANO, Zélia Domingues. A formação do professor de prática de ensino. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 17, p. 138-148, abr. 1984.
- MELO NETO, J. F. *Extensão universitária : uma análise crítica*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. *P. Educação superior e modernidade : o pensamento veiculado na revista Educação Brasileira*. [Caxambu, 1998]. 13p. (ANPEd. Reunião Anual de Caxambu, 1998).
- MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/UFES, 1998.
- NEVES, Clarissa E. B.; MOROSINI, Marília C. Cooperação universitária no Mercosul. In: MOROSINI, Marília C. (Org.). *Mercosul/Mercosur, políticas e ações universitárias*. Campinas : Autores Associados, 1998. p. 87-109.
- OLIVEIRA, M. R. N. S. O conhecimento na área da Didática enquanto área do saber e disciplina escolar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 45, n. 7, p. 326, jul. 1993.

- PAOLI, N. J. Currículo mínimo : princípios gerais de uma camisa-de-força? *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 42, n. 12, p. 1167-1171, dez. 1990.
- PEIXOTO, Maria do Carmo de L. *Escola de pesquisa, formação do pesquisador na pós-graduação*. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. Formação do pesquisador na pós-graduação : análise da estrutura organizacional de programas de duas áreas do conhecimento. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 125-144, jan./jun. 1995.
- _____. A educação superior em cinco periódicos : Debate e Crítica, Ciências Sociais Hoje, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Boletim Informativo e Bibliográfico e Fórum Educacional. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998. p. 238-258.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A prática de ensino da disciplina Didática nos cursos de licenciatura da Feusp : considerações sobre uma vivência. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 21, p. 61-66, 1988.
- ROCHA, R. M. G. *Extensão universitária : comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez : Autores Associados : UFCE, 1986.
- ROMANO, Roberto. A crise dos paradigmas e a emergência da reflexão ética hoje. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 65, p. 65-100, dez. 1998.
- ROMÃO, José Eustáquio. Paradigmas da modernidade e educação. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 11-32, jan./jun. 1995.
- RONCA, Antônio Carlos Caruso. Desmistificação e comprometimento : os dois maiores desafios que se apresentam ao educador. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 8, p. 5-10, 1983.
- SAVIANI, Dermeval. Uma estratégia para a reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura : formar o especialista e o professor no educador. *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 8, p. 13-17, 1982.
- SEGENREICH, Stella Cecília. Ciência e Cultura e a educação superior no Brasil 1982/1995 : multiplicidade de temas e de enfoques. In: MOROSINI, M. C.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória : FCAA/Ufes, 1998.
- TAVARES, M. G. M. *Extensão universitária : novo paradigma de universidade?* Maceió : Edufal ; Natal : Ed. UFRN, 1996.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção dos espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90 : política e sociedade no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1994, p. 91-102.
- THIOLLENT, Michel. Aspectos sociais da didática universitária. *Educação & Sociedade*, São Paulo, n. 4, p. 123-136, set. 1979.
- WARDE, M. J. Algumas reflexões sobre as licenciaturas e a pedagogia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 9, p. 1262-1263, set. 1983.